

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E TRÊS**-----

----- Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de

Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Igor Boal Roçadas, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, Rosa Lourenço, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Natacha Machado Amaro, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Francisco Alves da Silva Ramos, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Luís Manuel Inês Cavaco, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ricardo Filipe Barbosa Santos, Luís Graça Gonçalves e Patricia de Oliveira Caetano Barata. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros. -----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais. -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Manuel Inês Cavaco. -----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos. -----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. ----

-----Solicitou a suspensão do mandato, o Deputado Municipal Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura, durante o período compreendido entre 18 de abril e 6 de maio de 2016, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, João Saraiva, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto, Paula Marques e Rui Franco (em substituição de João Afonso).-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira e Carlos Moura.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a Reunião. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados enquanto não chegam os nossos Secretários para desencadarmos todos os procedimentos desta Sessão, dizer-vos o seguinte: Nós hoje temos agendado na ordem de trabalhos, como é habitual é uma sessão ordinária, há cinco sessões ordinárias por ano, esta é uma delas. Por lei é obrigatório nesta sessão ordinária inscrever a questão das contas do Município do ano passado, é o Ponto 2 da nossa ordem de trabalhos. -----

----- Naturalmente que a nossa sessão ordinária prolonga-se pelas sessões que for necessário para esgotar a matéria e nós já sabemos, as contas já estão disponíveis no *site* da Assembleia Municipal, já estão disponíveis também junto dos Senhores Deputados, estão a ser apreciadas pela 1ª Comissão, mas a Câmara só vai votar as contas, só está previsto, só vai votá-las no dia 21 de Abril. Assim sendo, não podíamos naturalmente apreciá-las sem serem primeiro votadas em Câmara e eu também não vou pô-las à vossa discussão no dia 26, que é de hoje a oito dias, porque temos que dar um tempo a que depois isto seja apreciado na comissão. -----

----- Portanto, queria avisar todos que as contas passarão para maio, para a data que for conveniente, porque no dia 3 de Maio já temos um compromisso com alguns convidados para fazermos uma sessão importante aqui na Assembleia Municipal sobre o problema dos transportes públicos de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa. Vamos ter como convidados o Presidente do Conselho Metropolitano que é o Doutor Basílio Horta, o Presidente da Câmara de Lisboa que é o nosso representante na Área Metropolitana e o Primeiro Secretário da Área Metropolitana da Comissão Executiva que é o Engenheiro Demétrio Alves que vão poder explicar aos Senhores Deputados qual é o ponto da situação em matéria de delegação de competências do

Governo para a Área Metropolitana e dos municípios para a Área Metropolitana em matéria de transportes públicos de passageiros. -----

----- É uma alteração muito importante, eu acho que os Senhores Deputados nem sequer estão a ouvir o que eu estou a dizer, o que é pena. É uma alteração importantíssima, é uma questão fundamental da cidade de Lisboa o problema dos transportes públicos da cidade e da Área Metropolitana. Pela primeira vez temos a oportunidade histórica de construir um sistema de transporte de passageiros, com os municípios como parte ativa e com a Área Metropolitana a coordenar em vez de ser uma autoridade que era a antiga Autoridade Metropolitana de Transportes, que não prestava contas aos municípios. E penso que isto é uma alteração radical e que justifica, de facto, uma discussão nesta Assembleia. -----

----- Portanto, essa discussão terá lugar no dia 3 de Maio, marquem nas vossas agendas e depois, conforme o que se passar nessa sessão naturalmente a 8ª Comissão poderá pegar na matéria e posteriormente apresentar propostas à Assembleia Municipal.-----

----- Dizer-vos também que estão em preparação mais dois debates temáticos. O último debate temático foi sobre o Parque Florestal do Monsanto, está neste momento a ser trabalhado o relatório pela 4ª Comissão que fez uma visita exaustiva ao Parque de Monsanto, aliás, num dia em que estava um dilúvio bastante torrencial, foi uma visita penosa, mas penso eu que proveitosa, mas com muita chuva. -----

----- E vamos ter agora proximamente, em datas ainda a confirmar, um debate proposto pelo Senhor Presidente da 2ª Comissão sobre a economia e o trabalho na cidade de Lisboa, que é também uma matéria da maior importância para todos nós. E um debate sobre a habitação proposto pelos Deputados Independentes. O debate sobre a habitação, todas as sessões nós temos aqui pessoas que se inscrevem para falar sobre carências de habitação, sentimos que há aqui questões que nos estão a pressionar e que é necessário dar resposta e, portanto, vai-se fazer este debate. -----

----- Eram estas as informações que eu vos queria dar. -----

----- Portanto, para hoje o que temos, para além da intervenção do público, temos os documentos do PAOD, do Período Antes da Ordem do Dia, e depois temos a informação escrita do Senhor Presidente com perguntas dos Senhores Deputados e as matérias agendadas veremos até onde é que conseguimos ir, iremos até ao máximo que pudermos. -----

----- Portanto, posto isto, o que não puder ser discutido hoje, naturalmente prologar-se-á para a próxima terça-feira, ficam desde já convocados para uma continuação desta sessão ordinária na próxima terça-feira com as matérias que estiverem prontas e com novas matérias que entretanto já tenham pareceres das comissões. -----

----- Eu bem sei que na segunda-feira é feriado e que nós podemos ter alguma dificuldade de organizar a sessão da próxima terça-feira, porque na segunda-feira não temos pessoal aqui na Assembleia Municipal, mas como já temos algumas propostas com pareceres aprovados, penso que isso se poderá ultrapassar. Caso eu veja que não há condições não se fará a sessão, mas em princípio mantemos a sessão no dia 26.” ----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do público.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Posto, isto, eu ia dar a palavra às pessoas do público inscritas para falar. -----

----- Nós temos algumas pessoas que já não é a primeira vez que vêm, mas, naturalmente o nosso regimento permite que elas voltem a usar da palavra e naturalmente o seu problema não está resolvido, é normal que venham cá insistir. -----

----- E, portanto, vamos dar a palavra à primeira senhora inscrita que é Dona Soraia Balão Serrano, que já nos falou aqui de um problema grave de uma, enfim, de carência habitacional e depois a seguir à Dona Soraia terá a palavra o Senhor Jorge Ferreira que é um problema de um estabelecimento de restauração, mas vamos ouvir primeiro a Dona Soraia.-----

----- A Dona Soraia já cá esteve, já sabe como é que são as regras, são os três minutos e quando chegar ao fim do tempo nós avisamos.”-----

----- **A Senhora Soraia Balão Serrano**, residente em Rua Ricardo Ornelas, Lote 375 - R/C Esq., 1950-131 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.-----

----- *Venho novamente aqui apelar pela minha situação.* -----

----- *Já se passaram quase um mês desde que vim intervir. Neste prazo de um mês descobri que estou grávida e venho perguntar se vou passar os nove meses a pernoitar, porque eu não tenho respostas da minha assistente social da Câmara, não tenho resposta quando é que eu vou ter casa atribuída, não tenho resposta para quando é que sai a listagem sequer e segundo as técnicas do atendimento da Câmara Municipal não muda em nada na minha pontuação, e vista a pontuação que eu não tenho atribuição nenhuma até agora.*-----

----- *Eu peço pelo que, não sei o que dizer, eu só peço é que olhem à minha situação agora, neste momento e, que possa mudar alguma coisa, que eu possa ter pelo menos uma resposta àquilo que eu ando a fazer, àquilo que eu ando a pedir.* -----

----- *Não tenho mais nada a dizer, eu só quero mesmo uma resposta, sim ou não, para que eu possa agir de maneira diferente, porque o tempo, o meu processo está parado, mas o tempo não. É só isso que eu tenho para dizer mais nada.* -----

----- *Obrigada.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Soraia.-----

----- Eu tenho aqui na frente os elementos do seu processo que me foram enviados pela Câmara.-----

----- Efetivamente a Soraia está aqui com 102,8 pontos de pontuação, é uma das pontuações mais elevadas na lista de pessoas que estão à espera, tem cerca de uma dezena de pessoas, um pouco mais, 12 ou 13 pessoas à sua frente, mas para outras tipologias também. E, portanto, isto depende apenas da Câmara ter casas para atribuir,

porque, neste momento, tudo o que era preciso fazer, está feito da sua parte, agora o que é necessário é que a Câmara tenha casas prontas para atribuir. -----

----- Iremos verificar quando é que isso se poderá passar, mas penso que esta lista de classificação definitiva já está acessível. Poderei informá-la disso, porque se estiver acessível, pode confirmar isso que eu estou aqui a dizer, aliás, pode ficar já com uma cópia desta lista para seu conhecimento, porque eu mandei-a pedir na sequência da sua... , um momento. -----

----- Eu vou-lhe dar esta lista e, portanto, que fica na sua posse para ver qual é a sua posição. Está contudo, em condições de poder receber a casa, assim a Câmara tenha casa disponível. As próximas casas para entregar, vai ter que ser abrangida. É isto. -----

----- Muito obrigada e quanto ao mais felicidades e coragem. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Vamos passar então ao Senhor Jorge Ferreira.” -----

----- **O Senhor Jorge de Matos Ferreira**, residente em Rua de Xabregas, nr.º13 – 3º Dto., 1900-438 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente. -----

----- *Eu queria só chamar a vossa atenção para um assunto que tem a ver com falta de resposta da Câmara também, não na mesma ordem de grandeza da outra senhora anterior, mas que é um assunto que se arrasta há cerca de 10 anos e que tem a ver com um processo de licenciamento de um estabelecimentos de restauração, que foi indeferido o processo e vários outros processos apensos e, como disse arrasta-se há cerca de 10 anos.* -----

----- *O pedido de licenciamento foi indeferido, o pedido de licenciamento de obra foi indeferido e o estabelecimento continua aberto a informação que me dão na Câmara é que isto é uma situação a semelhante a centenas de outras que existem na Câmara Municipal, estabelecimentos de restauração que operam sem licença de utilização e, portanto, à margem da lei causando vários problemas nos imóveis em que se inserem.* -----

----- *O relatório da vistoria da Câmara Municipal, do Regimento Sapadores Bombeiros, foi muito claro que o funcionamento do restaurante tem riscos para a salubridade e para o funcionamento e a higiene do edifício, mas o estabelecimento continua aberto, só queria chamar a vossa atenção e pedir que alguma coisa seja feito para encerrar o estabelecimento, que obviamente está a operar indevidamente, ilegalmente e nada mais.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, tomámos devida nota, não sei se o Senhor Jorge Ferreira sabe como é que as coisas funcionam, portanto, quando a Mesa tem aqui informação para responder dá-lhe imediatamente neste caso, não é o caso. Portanto, agora faço uma carta ao Presidente da Câmara com a transcrição da sua intervenção, peço explicações e logo que venham as explicações é logo que elas lhe são remetidas, fica aqui o registo, aliás, isto está a ser gravado e é transmitido *online*, fica o registo de que estive aqui a chamar a atenção para este problema e vamos fazer uma insistência para ver o que se passa. Nós é que agradecemos a sua vinda aqui, obrigado. -----

----- Tem a palavra agora a Senhora Dona Ana Isidro, é também problema de habitação que já cá esteve, a última vez creio que nem janeiro deste ano e vamos ouvir então a que é que tem a acrescentar de novo eventualmente e veremos se temos alguma coisa para dizer. Dona Ana são os seus três minutos, se faz favor.”-----

----- **A Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro**, residente em Rua Vasco de Mendonça Alves, nº. 9 r/c 1900-434 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente. -----

----- *É o seguinte, eu peço uma casa desde 2010 e têm-me apagado sempre, ainda tinham netinho pequenino, apagam-me sempre tudo, pronto e agora também no Natal fui ouvida, fiquei e agora em março tornaram-me a descer os pontos todos de classificação e estou em perigo de ficar sem habitação e na rua, porque o senhor já está em Tribunal.*-----

----- *Eu não sei o que é que se está a passar, é uma perseguição, não sei, apagam-me tudo. Eu também estou em perigo de ficar em risco ficar na rua, desde 2010 que isto dura, deram-me como brasileira e vejam o que têm feito comigo.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Ana, nós já quando estive cá da outra vez até foi uma pessoa do meu Gabinete que estive a falar consigo e também não conseguimos deslindar exatamente o problema desses estados falsos da sua candidatura, não conseguimos deslindar isto. -----

----- Não conseguimos desvendar isto e o que vamos fazer agora é o seguinte, isto já foi enviado para a Câmara, que é também ainda não nos deu resposta, mas vamos fazer o seguinte, nós, há uma proposta que já tem o consenso de todos os Partidos aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Nós vamos constituir aqui um grupo de trabalho na Assembleia Municipal para acompanhar estes casos que vêm aqui e que são expostos aqui na Assembleia Municipal e, portanto, o grupo de trabalho não vai dar respostas imediatas, ainda tem que ser constituído, mas todas estas situações que são trazidas aqui vão passar a ser analisadas por todos os partidos com o apoio dos técnicos da câmara para ver se conseguimos dar uma resposta mais rápida e, portanto, é o máximo que eu lhe posso dizer neste momento, uma vez que não conseguimos confirmar este problema dos dados falsos na candidatura, enquanto não conseguimos confirmar isto, mas vamos continuar a investigar e agora este grupo de trabalho irá debruçar-se com mais cuidado sobre o seu processo.” -----

----- **A Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“É que desde 2010 que isto dura apaga-me desde que eu peço uma casa.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Dona Ana já tinha chamado a atenção para isso, mas nós não conseguimos confirmar isso, pois, se apagam não conseguimos confirmar porque ao encontramos. Não lhe posso dar uma resposta mais adiantada do que isto, vamos ter

que investigar melhor a sua situação para ver qual é o encaminhamento que lhe podemos dar. -----

----- Vamos ver o que é que conseguimos fazer, não lhe consigo adiantar mais neste momento Dona Ana, desculpe, obrigada eu.-----

----- Agora tem a palavra a Senhora Dona Teresa Sá e Melo, vai falar sobre o problema da taxa de resíduos e não sei mais, e sobre o problema das despesas de representação que está agendado para hoje. Para sua informação, dizer-lhe que a proposta que está agendada para hoje não vai ser apreciada ainda. -----

----- A questão das despesas de representação que está agendada para hoje não vai ser discutida hoje, porque não está ainda em condições de ser discutida, não há parecer ainda final, era só esta informação que eu queria dar.-----

----- **A Senhora Dona Teresa Sá e Melo**, residente em Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa-tarde Senhora Presidente. -----*

----- *Há imenso tempo que eu não vinha a esta sala, mas tenho que seguido as reuniões desta Assembleia através da net e mais uma vez agradeço à sua Presidente Helena Roseta esta facilidade. -----*

----- *Apercebi-me nessas visualizações que a oposição é praticamente inexistente nesta Assembleia, da direita à esquerda, não há qualquer crítica substantiva à gestão camarária, até parece que a democracia se afastou desta Assembleia. -----*

----- *Só para dar um exemplo, não houve oposição às futuras obras para a 2ª circular, são 10 quilómetros de via rápida entre o Benfica e Sacavém, via feita para circular como o nome indica e que deixará de existir como tal, ninguém perguntou ao Executivo quantos hectares serão libertos e licenciados para obras urbanísticas, construção de torres de habitação, escritórios, ao longo daqueles 10 quilómetros de via rápida transformado em via urbana, dita “pulmão verde” para quem acredita nisso. -----*

----- *Não haveria mais nada em Lisboa onde gastar 12 milhões de euros? Eu julgo que há decisões que têm grandes custos políticos! -----*

----- *O atual Executivo ganhou as eleições autárquicas, com o meu voto também, com um programa em contraciclo de austeridade, não só não cumpriu como nos aumentou os impostos, como reconheceu o atual Presidente da Câmara na apresentação do Orçamento para 2015, aliás, não há aumento de impostos, é o aumento de taxas e é bem visível na nossa fatura da água, as novas taxas que agora nos cobram não se baseiam no nosso consumo real de água mas sim em escalões de consumo, e porquê? Porque a câmara não sabe, nem faz a mínima ideia dos custos associados aos seus encargos com o saneamento e com a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, mas, apesar disso, considera que a sua gestão é merecedora de um prémio de desempenho propondo agora o pagamento de ajudas de custo aos seus dirigentes. -*

----- *Mas é assim, serão assim que serão institucionalizados os abonos de 2012 a 2015? Haja bom senso e volto a repetir que há decisões que tem grandes custos políticos, por exemplo, fazer inquéritos e votações populares via Internet em que*

importa pouco a qualidade da discussão para então concluir que os lisboetas não desejam pedras na calçada é uma enorme farsa e tem custos políticos! -----

----- Meus caros Senhores, em Lisboa quem decreta o fim da calçada portuguesa não merece ser Presidente da Câmara! Boa-tarde.” -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Naturalmente que as questões suscitadas têm a ver com opiniões políticas da Senhora Dona Teresa Sá e Melo, esta Assembleia faz os seus debates, qualquer cidadão pode criticar o funcionamento desta Assembleia, como é normal. -----

----- Relativamente às despesas de representação informar apenas que a decisão não está ainda tomada por esta Assembleia e quanto ao mais a questão das despesas de representação, está prevista na Lei, esteve sempre prevista na Lei, não é para os cargos dirigentes, portanto, não é nenhuma invenção da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Vamos prosseguir com a Senhora Dona Maria Judite de Carvalho e é um problema de obras na habitação. Também já cá esteve várias vezes em mandatos anteriores. Não, já esteve várias vezes neste mandato.” -----

A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho, residente no Largo Mário Neves, 12 – 5º. B São Domingos de Benfica - Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde, Senhora Presidente, boa-tarde para todos. -----

----- *O meu caso, eu sou Maria Judite Pires de Carvalho, moro no Largo Mário Neves, 5º e vinha para perguntar se há alguma coisa já resolvida para a minha casa.*” -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dona Maria Judite, eu tenho aqui várias situações sobre o seu processo há um problema de mudar, de pedir uma redução de renda que não foi autorizado, mas havia um problema seu de queixa de obras e sobre esse e não tenha ainda resposta nenhuma. Qual era o problema que a Dona maria Judite queria trazer hoje aqui exatamente?” -----

A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente tem que falar um pouquinho mais alto porque eu não ouço.” -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dona Maria Judite, no seu processo há várias situações por resolver sim a uma primeira situação, houve um pedido seu da redução de renda que não foi que não foi deferido e, portanto, mantiveram a renda anterior. -----

----- Não é esse o que a traz aqui, o que a traz aqui é a questão da obra da infiltração, portanto, a Senhora Maria Judite já cá esteve e queixou-se que tem infiltrações grandes e que até agora ainda não teve resposta do Gabinete da Gebalis, é isto? -----

----- Sobre isso também tenho a dizer-lhe que eu também ainda não tive resposta, embora já tivesse mandado duas cartas que a Câmara, portanto, vou ter que voltar a

insistir para saber o que é que se passa porque, pelo menos que me digam se está ou não está previsto fazer obras nesta neste prédio, com uma empreitada grande que a Câmara agora aprovou para obras nas casas municipais. Podemos tentar saber se o seu prédio está incluído nessa empreitada e caso a gente tenha esta resposta logo lha podemos dar.” -----

----- **A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Portanto é assim, eu vim cá mais por causa de saber quando.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas eu para lhe dizer quando preciso saber se, de facto, a empreitada inclui o vosso prédio, essa informação ainda não a tenho.” -----

----- **A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Ainda não contactaram a gente.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu sei que não a contactaram, mas nem eu própria como Presidente da Assembleia tenho a resposta ainda, portanto, tenho que obter eu a resposta para poder mandar.” -----

----- **A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Continua e água a quem iria já sem poder apanhar.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo, vamos insistir para que podemos responder. -----

----- **A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*A única solução é aqui, não vale a pena ir para a Gebalis.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dona Judite, isso é consigo, a Dona Judite faz as diligências que quiser. Nós aqui como isto é público a Dona Judite explica o problema, toda a gente ouve e eu tenho a obrigação depois de tentar dar uma resposta, é isso que eu estou a dizer que ainda não a tenho.” -----

----- **A Senhora Dona Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*É assim, como nós vamos para a Gebalis dizem que não têm empreiteiros. Agora já disseram que sim, que têm empreiteiros mas que não está agendada ainda a obra.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto, Dona Judite, da nossa parte é minha obrigação agora é perguntar à Câmara exatamente se esta obra está ou não está incluída na empreitada e quando é que ela vai começar, porque é isso que a Senhora quer saber, exatamente e nós vamos fazer essa diligência. Muito obrigada. -----

----- Há uma pessoa que desistiu pelo que penso que podemos, não, já ouvimos 5 pessoas. A Senhora Dona Celeste estava como suplente e eu peço desculpa, mas já demos a palavra e 5 pessoas. A Dona Celeste se quiser deixar por escrito aquilo que pretendo dizer, se não terá que voltar a inscrever-se e peço desculpa, mas a questão é a previsão é de 5 pessoas e não podemos ouvir mais. -----

----- Vamos então dar por terminado este período da intervenção do Público e vamos passar à leitura do expediente.” -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não sei se o nosso Primeiro-Secretário está em condições de fazer uma leitura muito resumida, como ele costuma fazer, do expediente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** no uso da palavra, fez um resumo do expediente:

----- “Como sempre o expediente está disponível para consulta, embora algum dele tenha sido já enviado aos diferentes Grupos Municipais. -----

----- Primeira parte do expediente tem a ver com iniciativas dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República. -----

----- Nós temos vários expedientes enviados pelo Grupo Parlamentar do PCP e também do Grupo Parlamentar ecologista ‘Os Verdes’. -----

-----**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**-----

-----**Iniciativas do Grupo parlamentar do PCP**-----

----- No que concerne ao PCP temos documentação referente a: -----

----- Perguntas ao Governo sobre a revolta do setor do Táxi contra a situação ilegal da multinacional UBER; -----

----- Dar conhecimento de propostas de alteração ao Orçamento de Estado sobre as autarquias locais; -----

----- E, também, sobre uma apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei que estabelece a coordenação estratégica da administração do Porto de Lisboa e da administração dos portos de Setúbal e Sesimbra. -----

-----**Iniciativas do Grupo parlamentar de ‘Os Verdes’**-----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista ‘Os Verdes’ apresenta-nos documentação referente: -----

----- Ao projeto de resolução que recomenda ao Governo a criação da Área Protegida do Monsanto; -----

----- Projeto de resolução que preconiza o esclarecimento sobre os efeitos do Glifosato sobre a saúde humana e a interdição do seu uso; -----

----- Várias propostas referentes ao Orçamento de Estado; -----

----- Pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente sobre as instalações sanitárias e a propagação de ratos na Estação Roma-Areeiro; -----

----- Pergunta dirigida o Ministério da Economia sobre os trabalhadores do Bingo do Belenenses; -----

----- Dar conhecimento de um projeto-lei que estipula um número máximo de alunos por turma; -----

----- Respostas do Ministério do Ambiente a perguntas anteriormente feitas, sobre o cumprimento da legislação de segurança no grupo Transtejo e sobre o encerramento parcial da estação de Metro de Arroios; -----

----- Resposta do Ministério da Economia à pergunta que anteriormente demos conhecimento sobre a salvaguarda dos postos de trabalho dos trabalhadores do Bingo do Belenenses, após o término da concessão de licença de jogo que ocorreu no passado dia 21 de Março. -----

-----**ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS**-----

----- Documentação recebida de outras Assembleias Municipais: -----

----- Da Assembleia Municipal de Sesimbra tivemos informação referente à sessão ordinária do passado dia 12 de Fevereiro, Voto de Saudação do Dia Internacional da Mulher e também informação referente à 13ª edição do projeto Assembleia Municipal dos Jovens. -----

----- Da Assembleia Municipal de Cascais uma moção, apresentada pelos eleitos do PCP, pela modernização da linha ferroviária de Cascais e na defesa do serviço público de transportes. -----

-----**DELIBERAÇÃO DAS AUTARQUIAS**-----

----- No que concerne a expediente recebido das freguesias, nós tivemos documentos recebidos da Assembleia de Freguesia do Lumiar aprovados nas reuniões de 29 de Abril, 30 de Junho e 16 de Dezembro de 2015 que estão disponíveis para consulta. -----

----- Recebemos também da Junta de Freguesia da Misericórdia uma moção referente às discotecas do Cais-do-Sodré Jamaica, Tokyo e Europa, que foi aprovada por unanimidade em reunião do passado dia 9 de Março. -----

-----**ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**-----

----- Da Área Metropolitana de Lisboa nós recebemos várias minutas de atas e vários editais, portanto, tudo o que tem a ver com as reuniões da AML. Estas aqui têm sido, penso, todas dadas conhecimento logo que dão entrada nos diferentes Grupos Municipais. -----

-----**ASSOCIAÇÕES**-----

----- Temos também expediente enviado por algumas associações. -----

----- Do Fórum Cidadania LX temos disponível: -----

----- Um *email* dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a delapidação do interior da Alfaiataria Nunes Correia na Rua Augusta; -----

----- Um *email* dirigido ao Vereador Manuel Salgado relativo à destruição e ampliações no Bairro Azul, solicitando a urgência de elaboração, publicação e divulgação de manual de boas práticas; -----

----- Um novo *email* dirigido ao Presidente da CML, pedindo esclarecimento sobre o excesso de unidades hoteleiras na cidade; -----

----- Um novo *email* dirigido ao Vereador Manuel Salgado, pedindo a não demolição do interior do edifício do Centro Comercial Palladium na Avenida da Liberdade. -----

----- A Plataforma em Defesa das Árvores, relativamente à Proposta n.º 71/2016, temos disponível um *email* enviado ao Vereador José Sá Fernandes. -----

----- Também da Comissão da Quinta dos Inglesinhos para o Vereador Manuel Salgado, um *email* relativo ao licenciamento do Núcleo Desportivo da Quinta dos Inglesinhos. -----

----- A Comissão de Utentes dos Transportes Públicos de Lisboa enviou-nos uma moção, contra o encerramento da estação de Arroios na hora de ponta.-----

----- E temos do Círculo das lojas de Carácter e Tradição de Lisboa um *email* dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, protestando contra proliferação dos chamados mercadinhos de rua. -----

----- E é tudo Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Primeiro-Secretário. -----

----- Naturalmente este resumo do expediente é importante, para nós percebermos o impacto que estas matérias que são discutidas aqui têm noutras instâncias ou que são discutidas noutra sítio também têm impacto aqui. -----

----- Nós também muitas vezes tomamos aqui decisões com envio a esta entidade, aquela e aquela e, portanto, é importante que esta troca de informações das várias entidades seja do conhecimento de todos os Senhores Deputados.”-----

----- **Apreciação e votação das Atas n.º87 e n.º101:**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Posto isto, tenho à consideração as Atas n.º 87 de 24 de Novembro e a ata n.º 101 de 31 de Março.-----

----- Chamo a atenção que a Ata n.º 101 de 31 e Março é a Ata da primeira sessão do Debate Temático do Parque Florestal do Monsanto, portanto, já está pronta para os Senhores Relatores poderem agora usá-la no seu relatório, mas, se ficar aprovada melhor será porque será já a versão definitiva. -----

----- Pergunto se alguém quer intervir sobre as Atas n.º 87 ou n.º 101? Não há intervenções, vamos pôr à votação. -----

----- **As Atas n.º 87 e n.º 101 foram aprovadas por unanimidade.**”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados e Senhoras Deputadas entramos agora na parte de apresentação dos vossos documentos políticos para a sessão de hoje. -----

----- Há um conjunto grande de votos, moções e recomendações e a palavra será dada por ordem de inscrição para apresentar as vossas posições. -----

----- Eu aproveito para informar que sobre a Moção n.º 1 que deu entrada nos prazos regimentais, intitulada ‘Não a uma Europa das deportações’, foi recebida uma segunda moção sobre o mesmo assunto e o regimento prevê isso. E, portanto, foi também distribuída e será a Moção n.º 2 do PS. -----

----- Senhor Deputado antes de lhe dar a palavra deixe-me só fazer aqui um pequeno comentário. -----

----- Os Senhores Deputados já repararam na qualidade da imagem que têm neste ecrã, então, apenas para vos dizer que isto foi um esforço da equipa de gestão desta casa no sentido de conseguir um projetor novo, um projetor digital para esta sala. Que agora, para além de ter as máquinas de projeção antigas de filmes antigos, tem um novo projetor digital e, é por isso, que estamos a beneficiar de uma melhor imagem. Penso que esta sala merece e foi, de facto, um esforço dos serviços para conseguirem este resultado, até ao Orçamento Participativo eles tentaram ir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os Verdes’ apresentam hoje uma saudação ao “42º Aniversário do 25 de Abril e ao 1º de Maio”, apelando a que se homenageie todos os homens e mulheres que construíram o 25 de Abril e todos os que continuam a lutar e a defender os valores de Abril, bem como os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos.-----

----- Apresentamos ainda três recomendações. Uma sobre o “Plano de Pormenor de Salvaguarda do Jardim Botânico”, que propõe que a Câmara promova a sua preparação, apresentando a esta Assembleia o ponto de situação das diligências por si efetuadas. Com efeito, há até recomendações já aprovadas nesta Assembleia, e não apenas a CML há anos se comprometeu a apresentá-lo, como é a própria legislação quem determina a sua elaboração.-----

----- Uma outra sobre os “Produtos nacionais em refeitórios e cantinas municipais” para que o Município, com base na celebração do Dia da Produção Nacional, anualmente celebrado a 26 de Abril, divulgue as vantagens económicas e culturais de produtos alimentares saudáveis de origem nacional, incrementando o seu consumo nos refeitórios e cantinas municipais, como forma de apoio à economia portuguesa, bem como promova ações de sensibilização, em conjunto com as associações do sector, junto dos consumidores e do universo escolar.-----

----- E uma terceira referente à “Vila Martel”, fundada em 1883, que foi local de trabalho de pintores e escultores de relevo, designadamente, Columbano, que ali viveu durante 20 anos, José Malhoa, Carlos Reis, Eduardo Viana, Jorge Colaço, José Campas que aí tiveram os seus *ateliers*. Por ali passaram Antero de Quental e o escultor Francisco Franco, Sá Nogueira, Bartolomeu Cid dos Santos e, entre 1956 e 2015, Nikias Skapinakis. Recomenda-se que sejam averiguadas as razões da instabilidade da encosta envolvente, que comprometem as condições de habitabilidade e a segurança dos moradores ali residentes, bem como a preservação e reabilitação do atual conjunto edificado, mantendo a sua traça original.-----

----- E porquê? Acontece que, na sequência de uma visita aí realizada na semana passada por “Os Verdes”, o Grupo Municipal pôde constatar que, pelas últimas chuvadas aliadas às obras em curso no logradouro da unidade hoteleira no topo da encosta, ocorreu um deslizamento de terras sobre aquele conjunto habitacional que veio colocar em causa a segurança física dos prédios da Vila Martel, que se apresentam hoje com manifestos problemas de infiltrações nas suas coberturas.

Requer-se que seja cumprido o PDM e o regulamento do PUALZE em vigor, que o destaca como, e vamos citar, um “bem com valor arquitetónico e ambiental cuja preservação se pretende assegurar” e onde “qualquer intervenção deve visar a preservação das características arquitetónicas do edifício”, sendo apenas permitidas “obras de reabilitação e de ampliação, desde que aceites pela estrutura consultiva”. E, ainda, que este tema seja devidamente acompanhado pelas comissões desta Assembleia. -----

----- Agora umas breves notas sobre moções de outros Grupos Municipais. -----

----- Recomendação n.º 5, nós sabemos que a TerraCycle pretende ser líder mundial na recolha e reconversão material e funcional dos resíduos resultantes do consumo. Em parceria com outros grupos privados, criou brigadas de recolha de embalagens de biscoitos, de café, esferográficas, luvas, etc. No Brasil criou um sistema de recolha, para reciclagem, de esponjas de limpeza de uso doméstico. Mas porque terá o Município de Lisboa de contactar esta empresa sediada em New Jersey e não outras? Senhora Presidente requeremos a votação em separado da alínea 2.-----

----- Recomendação n.º 9, também “Os Verdes” já aqui apresentaram, numa sessão de declarações políticas, uma moção e uma recomendação sobre o mesmo tema. E na semana passada entregámos um requerimento à Câmara para saber qual é, efetivamente, a posição da Câmara sobre o TTIP, uma vez que o processo continua muito pouco transparente, havendo diversas restrições à consulta do texto por parte dos Deputados da Assembleia da República. -----

----- Finalmente, quanto à Recomendação n.º 10, a alínea b) inadvertidamente desvirtua a função sociocultural dos objetivos das Bibliotecas Itinerantes, que se destinava, originalmente, a cidadãos e a bairros com dificuldades de acesso à documentação. Passo a citar: “o público a quem o serviço se dirigia era principalmente o de menor acesso à educação e cultura, habitando nas regiões mais desfavorecidas”. Duvidamos que as renovadas praças em zonas centrais sejam as prioritárias e preencham tal objetivo.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado eu só não percebi qual era a votação em separado que tinha pedido? A número 2, ok, obrigado, vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O BE submete hoje à discussão dois votos e três recomendações, onde realçamos o sentido da mudança e da esperança em que o povo e os lisboetas vivem e querem sentir, com a viabilização de um Governo que tem que caminhar para a reposição de rendimentos a trabalhadores e pensionistas, aumentar a taxação do capital, não incluir novos programas de privatizações e defender os serviços públicos e o estado social. -----

----- Após um penoso período de quatro anos de governação PSD/CDS e de submissão à *Troika*, o País volta a ter um Orçamento de Estado que não colide com a Constituição da República e que trava o ciclo de empobrecimento em que o País estava mergulhado. Orçamento limitado pelo quadro das opções Europeias e de

estratégia do Governo e do PS, a timidez da recuperação dos salários e pensões, a falta de meios de serviços públicos e estado social, a quebra do investimento público que contrasta com a manutenção do elevado serviço da dívida, de setores rentistas e de concessões de PPP's. -----

----- Sendo certo que o orçamento parou o empobrecimento, parar a austeridade exige mudanças e profundas mudanças. E é aqui, que as preocupações mais se manifestam quanto ao futuro de enfrentamento da dívida, de cumprimento do défice, de apostar ou não na economia, no desenvolvimento e na criação de valor e de emprego, na criação ou não de bancos maus para limpar as imparidades e o crédito malparado do sistema bancário à custa dos Portugueses. O programa de estabilidade não pode servir para os desmandos da banca, nem para impor mais austeridade ao povo. -----

----- São estas as balizas para os próximos debates do Plano Nacional de Reformas, do Plano de Estabilidade, procurando a que os programas de destruição da economia e social a que o País foi submetido, deve suceder uma estratégia de modernização assente na dignificação do trabalho, na resposta aos problemas estruturais da nossa economia e do endividamento externo do País, nomeadamente, em relação com o setor financeiro no combate ao rentismo na energia e uma política que o anterior Governo e a *Troika* agravaram. -----

----- Ao que nos leva a três razões para comemorar Abril, o 25 de Abril de 2016, os 42 anos da Revolução de Abril, os 41 anos das primeiras eleições livres e democráticas, os 40 anos de entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa. -----

----- Na Constituição da República Portuguesa ficaram bem marcados os valores da liberdade com a consagração de um vasto leque de direitos, liberdades e garantias e que vão das garantias de um processo criminal à liberdade de expressão, associação, de empresa e participação política. -----

----- Da igualdade, para além da igualdade formal, perante a lei ficou vincado um conjunto de direitos económicos, sociais e culturais que visa fornecer um conjunto de diretivas vinculativas para a ação do Estado, no sentido de promover a igualdade de cidadãos no acesso ao trabalho, à educação, cultura, saúde e habitação. -----

----- Da fraternidade, ao estabelecer os princípios de igualdade entre estados de solução pacífica de conflitos internacionais, ao estabelecer a igualdade genética dos direitos internacionais e estrangeiros e no plano interno estabelecer regras de progressividade fiscal, fazendo dos impostos um meio para a redução das desigualdades bem como a solidariedade para com os territórios periféricos e peninsulares da República, visando eliminar assimetrias. -----

----- Da solidariedade com as vítimas da guerra de Lampedusa e Lesbos, perante a capitulação da União Europeia, com claro défice democrático, onde todos cabem e perante as deficiências também dos deficientes em cadeira de rodas, que têm registado um menor serviço público de garantia de acessibilidades dos autocarros da Carris ou para as vítimas de violação das regras ambientais no Aeroporto de Lisboa. -----

----- Dos direitos sociais e do trabalho consagramos os direitos de proteção social do desemprego, segurança social, pleno emprego, proteção no emprego contra os despedimentos sem justa causa. -----

----- A Constituição da República vem consagrar de forma cabal o papel das autonomias regionais e do poder local, conferindo-lhes uma expressão democrática e permitindo às populações assumirem uma gestão nos seus interesses próprios. -----

----- Os 42 anos da Revolução do 25 de Abril, os 42 anos das eleições da Assembleia Constituinte e os 40 anos, como já disse há bocado, da Constituição da República. E no trabalho comemorando o 1º de Maio, tempo de exigir mudança, fazendo ecoar a história, das 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 horas de descanso, mas também pela trágica morte dos vários ativistas mortos pela repressão policial. -----

----- Assim, saudar o 1º de Maio, fazendo votos para que seja um momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e desenvolvimento e progresso social, defesa do emprego, salário, pensão e prestação de um serviço público debaixo da consigna tirar a *Troika* das relações laborais, e neste campo há ainda muito que fazer.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez o CDS traz a esta Assembleia a situação em que encontra o Largo do Leão na Freguesia de Arroios, que mereceu a aprovação de uma recomendação apresentada por este Grupo Municipal em 2011. Nos últimos anos assistimos ao fecho dos passeios a estacionamento e, posteriormente, ao abate de todas as árvores para a requalificação do largo, a verdade é que até à data não houve desenvolvimentos e o largo foi sendo esventrado pouco a pouco.-----

----- Faz agora um não que a Câmara apresentou o projeto ‘Uma praça em cada bairro’ na escola do Largo do Leão, sem dar nota da calendarização da intervenção. Ainda assim tivemos esperança que fosse desta vez que veríamos o largo requalificado, com vida e integrado numa zona urbana que necessita de espaço público, nomeadamente pela existência de uma escola pública, uma superior, e outras entidades que certamente dariam um bom usso, a juntar aos munícipes que ali habitam e trabalham. -----

----- Perante a indecisão da Câmara em avançar com uma obra anunciada, voltamos a recomendar à Câmara que encete quanto antes as obras que alterem o ar desolador e de abandono que se vive naquela zona da cidade. A requalificação do Largo do Leão deve ser uma prioridade, pelo que aguardamos que a Câmara divulgue a calendarização das obras. -----

----- No seguimento também desta recomendação, a Recomendação n.º10 do PAN vem assinalar mais medidas e meios de acesso à população a implementar nestes projetos das praças e com os quais concordamos. -----

----- Relativamente à moção do Largo do Leão nós iremos entregar uma pequena alteração ao 1º ponto da parte deliberativa, por sugestão do PS. -----

----- Sobre as saudações do 25 de Abril e do 1º de Maio, teremos votos diferenciados devido ao sectarismo de algumas, mas nenhum problema em saudar ambas as datas e o seu significado. A liberdade portuguesa e a dignidade dos trabalhadores não são conceitos estranhos ao CDS, por isso, em Abril saudamos o 25 de Abril intemporal, o Abril sem donos, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, o 25 de Abril

que ainda não está terminado nem nunca estará, porque diariamente a democracia é confrontada com perigos e desafios, para os quais temos que estar atentos e dar o nosso melhor contributo para o seu funcionamento e vitalidade. -----

----- Sou de uma geração que não teve que lutar pela liberdade, mas que não abdica dela usufruir, pelo que, como afirmou recentemente numa frase digamos, inspiradora, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina, ‘Nem o 25 de Abril é da esquerda, nem o 25 de Novembro é da direita’, não diríamos melhor. -----

----- No que respeita aos restantes documentos hoje em discussão, quero dar nota do nosso apoio à recomendação de «Os Verdes» sobre a Vila Martel, espaço outrora ocupado por José Malhoa, Eduardo Viana ou Columbano Bordalo Pinheiro. De facto, não podemos deixar de salientar a necessidade de valorizar o nosso património histórico e arquitetónico. O caso da Martel que se vê ameaçada pela construção de um hotel adjacente e, pela ocorrência recente de um deslizamento de terras que coloca em perigo pessoas e bens, exige ação imediata. -----

----- O PIP entregue pelos promotores prevê a demolição de todas as casas à exceção de duas. Desconhecemos, contudo, que intenção existe, e se existe, na valorização do edificado da vila que se pretende assegurar. É imperioso que se preserve o edificado identificado inscrito na Carta Municipal do Património enquanto vestígio do período de industrialização da cidade, bem como o cumprimento dos normativos definidos pelo PUALZE, não deixando de salientar o parecer vinculativo desfavorável da DGPC. -----

----- Assim, parece-nos evidente a necessidade de promoção de vistoria e a paragem das obras até à estabilização da encosta. Lisboa tem que saber evoluir numa conjugação da sua história enquanto cidade a reabilitar, a inovar e modernizar-se. -----

----- Acompanhamos, ainda, a recomendação sobre o dia da produção nacional, e a iniciativa de apenas incluir produtos nacionais nos refeitórios e cantinas municipais, sugerindo, também, a utilização de produtos provenientes das hortas urbanas de Lisboa, fomentando, assim, a economia local. Contudo, importa destacar que à exceção das pescas e cereais, a indústria agroalimentar assistiu a um aumento explosivo das exportações dos seus produtos, satisfazendo, dessa forma, o mercado interno e, ainda, com expansão para o externo. -----

----- Pese, embora, a balança das importações ainda, supera as exportações, é essencial manter as políticas de apoio aos agricultores lançadas nos últimos anos, e reconhecidas pelo atual Ministro, face aos números apresentados pelo INE. -----

----- Falta, ainda, uma maior sensibilização dos Municípios urbanos de grande dimensão territorial e populacional, no que toca ao consumo prioritário de produtos nacionais e locais, seja nos serviços camarários, seja nas escolas, seja através de planos municipais que abranjam vários setores de atividade. -----

----- Aproveitamos, ainda, para manifestar o nosso apoio à recomendação número seis, do BE. De facto, a CARRIS dispõe, atualmente, de cerca seiscentos e cinquenta autocarros, cerca de trinta desses não possui rampas de acesso. Pelo que importa melhorar estes mecanismos. Sabemos que o grau de operacionalidade destas rampas é

superior a 50%, dados que podemos recolher e, portanto, não poderíamos deixar de apoiar esta recomendação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Gostaria de, em nome dos Cidadãos Por Lisboa, manifestar a nossa opinião em relação a três recomendações e a nossa posição em relação às mesmas.-----

----- Relativamente à Recomendação nº 3, do Partido Ecologista “Os Verdes”, em relação à questão da produção nacional, obviamente nós partilhamos do interesse em promover do ponto de vista económico e social a produção agrícola nacional. No entanto, mais do que valorizar a produção do nacional apenas porque é nacional, achamos que a ótica e o enfâse deve ser colocada na produção e no consumo sustentável responsável e, para isso, embora votaremos favoravelmente a proposta, achamos que, mais do que salientar a questão da produção nacional, interessa-nos salientar a produção local, a produção de época de modo a que se consiga ter qualidade nas nossas cantinas.-----

----- Em relação à Recomendação nº 5 do MPT, vamos abstermo-nos. Obviamente, que partilhamos a preocupação de não ter o pavimento tão pejado de pastilhas elásticas, e outras coisas, mas não podemos votar favoravelmente aquilo que nos parece ser a recomendação de contratação ou pelo menos, de um procedimento muito concreto por parte da recomendação. Mais importante que isto, achamos que é criar condições para uma sensibilização junto da população para que se comece a adotar comportamentos mais civilizados.-----

----- Por último, em relação à Recomendação nº 6, do BE, que visa a acessibilidades de pessoas em cadeiras de rodas nos autocarros da CARRIS, obviamente, que partilhamos e votamos favoravelmente, partilhamos esta necessidade de garantir a acessibilidade, obviamente, que é primordial, no entanto, o problema tal como é colocado é mais vasto e a solução não reside apenas na intervenção nos veículos. Para além dos veículos, é necessário, também, intervir ao nível das paragens de autocarro, porque por vezes, as mesmas, têm pilaretes, têm sinalética, têm um conjunto de elementos de obstrução que dificultam, também, o acesso, mas também, para além das paragens, há a área envolvente, o desenho nos últimos anos das nossas paragens de autocarros muitas vezes, em recorte dificultam o acesso, mesmo que a própria paragem esteja dotada de todas as condições de acessibilidade e, portanto, a intervenção deverá ser feita, não apenas, no âmbito daquilo que é a CARRIS, mas também no âmbito da autarquia, portanto, paragens e zona envolvente, de modo a que se garanta a acessibilidade não apenas, também, a cidadãos que precisam de usar cadeiras de rodas, mas também, para garantir a acessibilidade a uma cidade que está a envelhecer, e todos envelheceremos e iremos precisar de aceder mais facilmente aos autocarros, mas também, às vezes, a cidadãos com mobilidade reduzida por boas razões, até porque têm um bebé, ou precisam de recuperar de uma lesão, etc., nesse

sentido há também, soluções baratas que compete à autarquia implementar, nomeadamente, a utilização de plataformas nas paragens. -----

----- Queria terminar dizendo que o Plano de Acessibilidade Pedonal já está a intervir até ao final do mandato, em noventa paragens de autocarro para torna-las mais acessíveis. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social. -----

----- Eu começo a minha intervenção por uma referência particular à 100ª Reunião da Assembleia que comemorava o 40º Aniversário da Aprovação da Constituição da República e que incluiu homenagem aos trabalhadores do município que desenvolviam atividades no Gabinete, ou no apoio à Assembleia Municipal. E faço esta referência para lamentar que alguns funcionários, pelo menos um que nós conhecemos, funcionários da Câmara que trabalham na Assembleia Municipal há muitos anos, e que pertencem ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, mas desempenham a sua atividade em gabinetes de apoio a grupos de deputados, e falo concretamente, do funcionário Pina Gonçalves, um funcionário que tem mais de trinta e cinco anos de município, que pertence a este Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal há mais de dezoito anos, que teve múltiplas funções de apoio a presidências e secretariados dentro deste gabinete de apoio municipal, e que, agora, desempenha funções no Gabinete de Apoio dos Deputados do PCP, não foi contemplado e com esta diferença que nós quisemos mostrar para os trabalhadores do município que trabalham no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, e gostávamos de saber se outros trabalhadores terão sido excluídos por igual motivo? Lamentamos e, por isso, protestamos, Senhora Presidente, contra esta discriminação. --

----- Em relação aos votos que, hoje, aqui, estamos a discutir e, provavelmente, a aprovar, dizer claramente que os nossos votos de saudação ao 1º de Maio e ao 25 de Abril, não são votos acéticos, mas são votos comprometidos. Nós não fazemos destas datas as datas amplas, gerais, neutras, acéticas, anódicas. Elas representam tempos históricos e decisões importantíssimas, e têm no seu pojo uma opção de classe muito clara. É por isso, que nós, para além do voto, associamos claramente, e por isso distinguimos, um apelo à participação nestas ações de manifestação que vão ter um impacto, como têm tido no passado, na nossa cidade, é um património histórico-cultural as manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio na cidade de Lisboa. É um dado importantíssimo e, por isso, nós apelamos à presença. Alguns podem dizer “nós votamos o 25 de Abril”, nós dizemos que é preciso manter vivo o 25 de Abril, é preciso valorizar os trabalhadores, é preciso continuar a lutar pelo 1º de Maio das nossas gerações. -----

----- Outro temo que nós gostamos de falar e que será, provavelmente, motivo de discussões futuras, aqui, nesta Assembleia, é a questão dos transportes públicos na Cidade de Lisboa. Na nossa reflexão não basta discutir sem apresentar propostas e

soluções. Nós fazemos uma recomendação com dez propostas claras para a melhoria dos transportes públicos na Cidade de Lisboa para beneficiar, não só os lisboetas, mas também quem nos visita, é sem dúvida um ponto crítico fundamental na qualidade de vida na Cidade de Lisboa que importa, nas melhores condições políticas em que estamos, importa, portanto, desenvolver e avançar e não deixar para trás aquilo que há muito vimos discutindo. -----

----- Finalmente, temos referência particular ao drama dos refugiados, um drama que é como nós aqui, anunciámos, uma prática de mal e da caramunha, por omissão, às vezes, por apoio, para com todos os processos de regulação da vida dos países do Médio-Oriente que, muito sabiamente, como dirão alguns, ainda não tinham a nossa democracia e que importava injetar neles uma democracia moderna, especial. Podemos agora, olhar e dizer nenhuma tentativa de importar, de impor a democracia ocidental de algumas forças, quer por via de várias pressões, incluindo a militar, deu resultado. E agora, nós que mexemos no vespertino lá longe da Europa, temos de retorno a contra invasão dos pobres e miseráveis que provocamos, na desregulação que provocámos, e temos o grande movimento involuntário e grande sofrimento, que é o movimento dos refugiados. E agora, ainda sobre este movimento de refugiados, resolvemos lançar uma mágoa fundamental contra a humanidade que é já não são refugiados, são deportados, vamos deportá-los, novamente, para uma zona que não obrigatoriamente, a sua origem, mas à conta de um algoz que bem conhecemos, a República da Turquia ficará a gerir estes deportados. -----

----- Sejamos coerentes e avancemos na decisão clara, também, de denunciar publicamente estas situações das quais, também temos responsabilidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Antes de passarmos ao Deputado seguinte, cabe-me dizer relativamente, ao reparo feito pelo Deputado ao funcionário Pina Gonçalves, do Gabinete de Apoio ao Grupo Municipal do PCP, que de facto foi lapso da nossa parte, há mais funcionários, eventualmente, nos gabinetes de apoio aos partidos políticos se são funcionários da Câmara, que é o caso do Senhor Pina Gonçalves, e portanto, irei corrigir esse lapso, pedindo, desde já, desculpa por não ter sido incluído uma pessoa cujo mérito e trabalho por esta Assembleia Municipal é conhecido. Foi pena não termos levantado o problema antes, em Conferência de Representantes que nós teríamos resolvido a tempo, mas também, não tinham acesso à lista das pessoas, portanto, era difícil fazer a verificação e, portanto, desde já, me penalizo, mas iremos resolver o problema até porque, provavelmente, haverá outras pessoas incluídas, eu agora, irei mandar fazer uma verificação cuidadosa em todos os gabinetes de apoio e, além disso, houve alguns funcionários abrangidos que não puderam estar presentes, naquele dia, portanto, vamos ter que fazer uma nova cerimónia e, nessa altura, aproveitaremos para retificar esta falha. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----

----- Hoje o PAN traz três Recomendações a esta Assembleia, sendo que uma delas tem a ver com o Projeto Uma Praça em Cada Bairro, pretendendo nós que esta iniciativa da Câmara Municipal possa ainda ser mais acolhedora pela introdução de algumas amenidades como sejam equipamentos de exercício físico ao ar livre, estacionamento para bicicletas, a parte de uma biblioteca itinerante que possa complementar do ponto de vista cultural o gosto pela leitura e que as pessoas possam fruir melhor esses espaços, bem como o acesso a uma rede de hi-fi gratuita para todos nestas praças. -----

----- Propomos também a existência de um calendário oficial de dias municipais que possa estar dentro das edições culturais, nomeadamente da Agenda, para que as pessoas possam ter uma referência clara nesta matéria. -----

----- Finalmente trazemos a proposta de uma declaração simbólica de Lisboa como Município Livre do TTIP. Em 31 de março de 2015 o Grupo Municipal do PAN apresentou a esta Assembleia Municipal uma Declaração Política intitulada “Pensar Global, Agir Local”, TTIP ou a fronteira final de uma globalização injusta, pretendendo com a mesma informar e apelar à sensibilidade de todos para uma intervenção concertada sobre esta matéria. -----

----- No caso de esta Recomendação vir a ser aprovada iremos também propor que se façam encontros, eventualmente a existência de grupos de trabalho, que possam analisar o impacto deste tratado na nossa cidade, para que possamos de uma forma concertada melhor responder. -----

----- Face a todas as questões que este Tratado levanta pensamos ser chegada a hora de também nós em Lisboa fazermos a nossa parte e afirmarmos à cidade e ao mundo que Lisboa não se revê neste Tratado injusto e que não aceitará este atentado à nossa soberania e modo de vida. -----

----- Assim sendo e tendo presente a sua posição estratégica e central na construção de um país soberano justo e democrático, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que o Município de Lisboa simbolicamente se declare uma Município livre de TTIP. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público aqui presente. -----

----- Eu dirijo-me hoje a esta Assembleia devido à Moção que entretanto foi transformada em Voto de Congratulação, que pretende congratular uma das

Coletividades da Cidade de Lisboa e em particular da Freguesia da Estrela que é o Sporting União Fonte Santense e vimos congratula-lo porque para além do mérito desportivo associado ao resultado que obteve e que demonstra que é possível atualmente coletividades serem portadoras elas próprias do sucesso desportivo dentro do Concelho, do Distrito de Lisboa, coletividades essas provenientes do Conselho de Lisboa, há a realçar o facto de estarmos a falar de uma coletividade que esteve praticamente abandonada durante cerca de duas décadas e que apenas há três anos iniciou um processo de reconstrução, envolvimento comunitário e o desenvolvimento também de um projeto desportivo. -----

----- Este tipo de dinâmicas são e devem ser sempre de saudar e aqui o resultado de três anos de trabalho é a vitória numa importante e prestigiada competição a nível distrital que é também o palco e o primeiro passo para a representação desta coletividade e inevitavelmente a cidade de Lisboa naquele que é o Campeonato Nacional, um campeonato nacional e neste caso uma taça, que é a Taça de Portugal. ---

----- Por isso Senhora Presidente, quero aproveitar e saudar, aqui presente, a Direção do Sporting União Fonte Santense e deixar uma palavra de apelo e um apelo de voto unânime naquele que é o reconhecimento pelo desenvolvimento e pelo trabalho não só do ponto de vista desportivo mas também e sobretudo do ponto de vista comunitário. -----

----- Por fim tenho no entanto que deixar um lamento, Senhora Presidente, no final desta importante competição de âmbito distrital, onde estiveram representadas coletividades de vários Concelhos não vimos lá representada a Câmara Municipal de Lisboa, apesar do convite ter sido feito e foi uma pena porque poderíamos ter tido a oportunidade de ter connosco o Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa a celebrar também este importante momento, não só para a freguesia mas inevitavelmente também para a cidade de Lisboa. -----

----- Estamos certos que provavelmente numa próxima situação, confiantes num resultado se calhar também ele agora já positivo porque o Sporting União Fonte Santense esse já nos vai habituando, poderemos contar também com a presença do Senhor Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Só em benefício da dinâmica da reunião, depois do Senhor Deputado João Pinheiro há mais uma inscrição que é do Senhor Deputado Vasco Santos e mais uma segunda inscrição do PS, são mais duas inscrições.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os meus cumprimentos à Senhora Presidente, aos demais elementos da Mesa, às Senhoras e Senhores Vereadores presentes, caras e Caros Deputados Municipais, restantes cidadãos e cidadãs. -----

----- O Partido Socialista apresenta uma Moção sobre uma Europa solidária e respeitadora dos direitos humanos, diferenciando-se relativamente de outra Moção apresentada por outro Grupo Municipal. -----

----- Na base concordamos que se vive em Estados flagelados por guerras e conflitos como o Iraque, a Síria, a Eritreia não podem deixar a Europa indiferente e há que acolher as pessoas oriundas desses conflitos armados. -----

----- Também não concordamos que, não está esquecida a imagem do menino Ailan que deu à Costa da Turquia e queremos que isso não se repita, mas entendemos que o caminho não se pode atingir através do colapso das instituições europeias, através daquilo que a União Europeia tem de políticas solidárias e humanismo e por isso é relativamente aos Governos de Estados Membros dominados por políticas de direita que devemos centrar a nossa censura e assinalar desde logo que esses mesmos Governos não cumprem a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951, não cumprem o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados e acima de tudo não cumprem a história europeia que no século XX se viu confrontada com dois conflitos à escala mundial e encontrou noutros continentes, noutros Países a solidariedade necessária para acolher as suas populações em fuga, por isso consideramos que é no diálogo entre a União Europeia e os Estados e as regiões afetadas pela guerra que se deve encontrar mecanismos e soluções para que as pessoas possam permanecer nos seus Países de origem. -----

----- Relembramos que foi precisamente um Plano Marshall na Europa que permitiu que esta zona do Mundo voltasse a florescer, a criar emprego, a criar prosperidade e zonas de paz, é por aí o caminho, não é pela rotura institucional e pelo aproveitamento destas situações para impor uma determinada ideologia. -----

----- Consideramos também que deve ser feito um reconhecimento formal aos milhares de voluntários que dedicam as suas vidas ao apoio aos refugiados e às centenas de organizações no terreno que também a eles dedicam a sua atividade e também temos que reconhecer que são inúmeras as personalidades credíveis a nível internacional que associam a sua imagem e o seu labor a esta causa, destacamos notoriamente o Papa Francisco que simbolicamente visitou recentemente a Ilha de Lesbos, como já tinha visitado também a Ilha de Lampedusa e anunciou medidas práticas, como a concessão de apoio a refugidos, a famílias de refugiados e nesta Câmara também não podemos deixar passar em claro o papel determinante do ex-Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, o português António Guterres. -----

----- É o legado destas pessoas que nos merece propor outro caminho, tal como a Câmara Municipal de Lisboa tem feito de oferecer soluções concretas e humanistas aos refugiados, não nos enganarmos nos inimigos nem nas prioridades e valorizarmos e reforçarmos as dinâmicas positivas que se verificam ao nível dos povos dos Estados Membros e das Instituições Europeias, por estes motivos propomos que a Assembleia Municipal reafirme o apoio às políticas de integração dos imigrantes e refugiados que estão a ser prosseguidas pelo Município de Lisboa, manifesto o apoio à disponibilidade manifestada já pelo Governo Português para acolher um maior número de refugiados, contrariamente a outros Estados Membros, saudar os cidadãos

e cidadãs, as Autarquias Locais e as Instituições da Sociedade Civil que se têm empenhado no acolhimento aos refugiados, repudiar as ações ao nível dos Estados Membros e das Instituições que se traduzam no desrespeito pelos Direitos Humanos e que desrespeitem o Direito Internacional em matéria de Direito de Asilo e Direito de Reagrupamento Familiar. -----

----- Apoiar todos aqueles que nos debates no interior do Parlamento Europeu, incluindo os Deputados Portugueses de todos os grupos que se batam por orientações políticas que vão no sentido de uma Europa Solidária e respeitadora dos Direitos Humanos em matéria de migrantes e de requerentes de asilo e de refugiados e já agora propomos que esta Moção seja enviada para a Assembleia da República, para o Primeiro-Ministro, para o Senhor Presidente da República, para o Conselho Português para os Refugiados e pelas estruturas que no Município de Lisboa se dedicam à defesa desta causa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores aqui presentes, Caros Colegas Deputados, restantes presentes. -----

----- Nesta Sessão da Assembleia Ordinária da Assembleia Municipal de Lisboa o Partido da Terra apresenta uma Recomendação sobre o tema da reciclagem. Em Lisboa pontas de cigarros e pastilhas elásticas no chão não! -----

----- Sabemos que só é lixo o que não pode ser reutilizado ou de biodegradação longa, decerto que será um tema discutido no Plano Municipal de Gestão de Resíduos 2015/2020. -----

----- A par de fumar cigarros e o mascar pastilhas elásticas é um dos hábitos mais comuns no Mundo, no entanto importa salientar que a forma como nos livramos destes resíduos é bastante importante dado que não são biodegradáveis. -----

----- Em Portugal a Câmara Municipal de Guimarães em colaboração com o Centro para a Valorização de Resíduos procedeu à implementação de duas estruturas para recolha de pontas de cigarros, “eco pontas”, e pastilhas elásticas “papa chicletes”, após um mês da sua colocação foram recolhidos cerca de dez mil pontas de cigarros e cerca de 500 pastilhas elásticas. -----

----- Defendemos assim que a Câmara Municipal de Lisboa deve apostar numa política inovadora e eficaz que possibilite a reciclagem deste tipo de resíduos. -----

----- Também para que a nossa Recomendação seja o mais vasto possível num tentar um consenso, um consenso vasto, propomos uma alteração ao segundo ponto que já foi aqui suscitada a sua polémica, que onde está escrito “com a Empresa TerraCycle” passe a constar “com empresas com competências neste tipo de reciclagem, de preferência empresas nacionais”, isto é no ponto 2, continuando o resto do texto do ponto. -----

----- Disse. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Partido Socialista relativamente a alguns dos documentos aqui apresentados expressará através desta intervenção a sua orientação de voto, do seu sentido de voto, e face à intervenção anterior do Deputado João Pinheiro naturalmente pelos motivos já expressos o Partido Socialista não poderá acompanhar a Moção n.º. 1 do PCP e por isso votaremos naturalmente contra. -----

----- Relativamente à Recomendação n.º. 1 do partido Ecologista ‘Os Verdes’, quanto ao plano de pormenor de salvaguarda do Jardim Botânico, uma vez que há uma intervenção da universidade, como aliás refere a CML, aquilo que é referido também pela Câmara é que após a conclusão da obra haverá um balanço, para apurar da necessidade ou não, da realização de um estudo de salvaguarda e, nesse sentido, torna-se para nós inócuo a votação favorável desta recomendação e daí que o PS vá abster-se na mesma. -----

----- Relativamente à Recomendação n.º 9 do PAN, acerca do TTIP. Bem, antes de mais, estamos perante uma competência que não pertence à Assembleia Municipal nem ao Município e, portanto, para além de estarmos de fora das competências municipais é preciso percebermos que contrariamente áquilo que é afirmado pelo PAN, nesta altura não há nenhuma conclusão acerca deste tratado. E, portanto, como diz a Comissão Europeia, em 2013 os governos da união mandataram a comissão para negociar o TTIP, quando houver um texto final, os governos e os membros do Parlamento Europeu vão ser os decisores da entrada em vigor e da aprovação ou não deste tratado. E, portanto, por estes dois motivos principais, por um lado está fora da competência da Assembleia Municipal e, por outro, ser um tratado que ainda está em negociação e ser ainda objeto de uma decisão por parte dos governos e dos membros do Parlamento Europeu, naturalmente o PS votará contra. -----

----- Relativamente ao Voto n.º 5 do BE, acerca do 1º de Maio. É certo que o mais importante neste voto são as referências feitas aos trabalhadores, ao 1º de Maio e, por isso, o PS votará favoravelmente, no entanto, não podemos deixar de dizer que não nos revemos na grande maioria dos considerandos que são produzidos neste voto ao 1º de Maio. -----

----- Iguamente, relativamente à Recomendação n.º 7, relativa ao cumprimento das regras ambientais no aeroporto de Lisboa, também do BE. Isto muito concretamente, e aqui o PS apelava ao rigor que deve existir na documentação que é apresentada à Assembleia, porque aquilo que acontece é que ao contrário do que o BE nos afirma, não há tráfego aeroportuário durante 24 horas por dia, não é o caso. O Decreto-Lei 9/2007, o Regulamento Geral do Ruído, e o Decreto-Lei 293/2003, transpõem a Diretiva Comunitária 2002/30 da Comissão Europeia, vem dizer que entre a 1 hora e as 5 horas da manhã não há tráfego aéreo no Aeroporto de Lisboa. Aliás, entre a 1 hora e as 5 horas da manhã, porque o Aeroporto de Lisboa é o único em Portugal que

tem este horário. Porquê? Porque é o maior. Nos outros, face a estas normas que vos citei, não há qualquer tráfego aéreo entre a meia-noite e as 6 horas da manhã. Portanto, ao contrário daquilo que afirma o BE nos seus considerandos, parece-nos que é fundamental que haja um maior rigor.-----

----- É claro que não é por esse motivo que o PS mudará o seu sentido de voto, agora parece-nos que é importante que não se façam afirmações nem se reproduzam afirmações como dados científicos que aparentemente o são, não sendo, como é o caso e, por isso, apelamos ao rigor factual dos mesmos, mas em todo o caso e neste caso em concreto votaremos favoravelmente a Recomendação n.º7 do BE.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados chegámos ao fim das nossas intervenções. Pergunto à Câmara Municipal se algum Senhor Vereador ou o Senhor Presidente se não querem usar da palavra?-----

----- Antes de entrarmos nas votações foi apresentado um Voto de Pesar pelo PS, pelo falecimento de Francisco Nicholson e eu vou pedir à Senhora Segunda-Secretária para ler o voto de pesar.”-----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Francisco Nicholson** -----

----- *“Faleceu, no passado dia 12 de Abril, Francisco Nicholson, grande ator, argumentista televisivo, dramaturgo e encenador Português.-----*

----- *Nascido a 26 de Junho de 1938 no seio de uma família ligada às artes, Francisco Nicholson começou muito jovem, apenas com 14 anos, a fazer teatro no antigo Liceu Camões, sob a direção do encenador e poeta António Manuel Couto Viana.-----*

----- *Depois de ter estudado em Paris, onde frequentou a Academia Charles Dullin, do Théâtre National Populaire ao lado de grandes nomes do Teatro francês, Francisco Nicholson estreou-se, profissionalmente, como ator e autor, com a peça infantil “Misterioso Até Mais Não”, no Teatro do Gerifalto.-----*

----- *Fez parte dos elencos da Companhia Nacional de Teatro e do Teatro Estúdio de Lisboa onde representou grandes textos da dramaturgia mundial, de autores como Strindberg, Kleist, Bernard Shaw, Arnold Wesker, Davis Storey, Apollinaire, e outros.-----*

----- *Foi no Teatro ABC que Francisco Nicholson se popularizou com o teatro de revista, onde se estreou com a peça “O gesto é tudo” ao lado de Eugénio Salvador e Camilo de Oliveira, mas foi com “Gente nova em bikini” que se afirmou como autor, ator e encenador de revista. Após o 25 de Abril de 1974, juntamente com outros grandes nomes do teatro nacional ajudou a fundar o Teatro Adoque, na zona do Martim Moniz, em Lisboa.-----*

----- *Na televisão deu-se a conhecer com o programa Riso e Ritmo (1964) tendo sido o autor de várias novelas, nomeadamente de Vila Faia, a primavera telenovela portuguesa, e várias séries como Origens (1983), Cinzas (1992), Os Lobos (1998), Ajuste de Contas (2000), Ganância (2001), O Olhar da Serpente (2002), entre outras.-----*

----- *Autor de algumas dezenas de espetáculos, quase sempre encenados e dirigidos por si próprio, Francisco Nicholson foi também um dos autores da canção “Oração” com que António Calvário venceu o primeiro Grande Prémio TV da Canção.-----*

----- No cinema, assinou os guiões dos filmes *Operação Dinamite (1967)* e *Bonança & Cª 1969*) de Pedro Martins. -----

----- Em 2014 escreveu o seu primeiro romance "*Os mortos não dão autógrafos*", que dedicou à mulher, a atriz e bailarina Magda Cardoso. -----

----- Francisco Nicholson foi distinguido com a "medalha de ouro de mérito cultural" atribuída pela Câmara Municipal de Lisboa e também foi galardoado pela autarquia de Oeiras. Homem de inúmeros talentos mas também dotado de uma sensibilidade e dimensão humana notáveis, Francisco Nicholson gostava de citar António Machado, poeta espanhol dizendo que "*O caminho faz-se caminhando*". -----

----- Portugal está mais pobre com o desaparecimento de Francisco Nicholson, indiscutivelmente um grande vulto da cultura Portuguesa. -----

----- Em homenagem à memória de Francisco Nicholson, os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa vote a expressão do seu falecimento, dando dele conhecimento à sua Família e guardando um minuto de silêncio." -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Senhores Deputados vamos então pôr à votação o Voto de Pesar n.º 7/103 pelo falecimento de Francisco Nicholson. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar n.º 7/103**, apresentado pelo PS. O Voto de Pesar n.º 7/103 foi **aprovado por unanimidade**." -----

----- (Seguidamente foi feito um minuto de silêncio em memória de Francisco Nicholson) -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Muito obrigado. -----

----- Vamos então agora passar às votações de todos estes documentos que foram apresentados. Nalguns casos há retificações que eu direi aqui da Mesa, noutras casos há pedidos por votação em separado, mas vamos prosseguir. -----

----- O Voto de Saudação n.º 1/103...eu agora pedia aos Senhores Deputados para estarem sentados nos vossos lugares para não haver confusão nas votações. O Voto de Saudação n.º 1/103 é o voto apresentado pelo PEV, 'Saudação ao 42 aniversário do 25 de Abril e ao 1º de maio', portanto, é só isto. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 1/103**, apresentado pelo PEV. O Voto de Saudação n.º 1/103 foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 1/103** – '*Ao 42º Aniversário do 25 de Abril e ao 1º de Maio*', apresentado pelo PEV, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)" -----

----- O Voto de Saudação n.º 2/103 '42º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974', apresentado pelo Grupo Municipal do PCP. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 2/103**, apresentado pelo PCP. O Voto de Saudação n.º 2/103 foi **aprovado por maioria**, com abstenção de CDS-PP, MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- (O *Voto de Saudação n.º 2/103 – ‘42º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974’*, apresentado pelo PCP, fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- Voto de Saudação n.º 3/103 ‘Saudação ao 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores’, apresentado pelo Grupo Municipal do PCP. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 3/103**, apresentado pelo PCP. O Voto de Saudação n.º 3/103 foi **aprovado por maioria**, com abstenção de PSD, CDS-PP, MPT e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. -----

----- (O *Voto de Saudação n.º 3/103 – ‘Saudação ao 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores’*, apresentado pelo PCP, fica anexado à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- O Voto de Saudação n.º 4/103 ‘Três razões para comemorar Abril’, apresentado como moção e reclassificado pela Mesa e é da autoria do BE. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 4/103**, apresentado pelo BE. O Voto de Saudação n.º 4/103 foi **aprovado por maioria**, com abstenção de CDS-PP e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. -----

----- (O *Voto de Saudação n.º 4/103 – ‘Três razões para comemorar abril’*, apresentado pelo BE, fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- O Voto de Saudação n.º 5/103, apresentado também pelo BE, ‘1º de Maio – Tempo de exigir mudanças’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 5/103**, apresentado pelo BE. O Voto de Saudação n.º 5/103 foi **aprovado por maioria**, com voto contra de PSD, abstenção de CDS-PP e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. -----

----- (O *Voto de Saudação n.º 5/103 – ‘1º de Maio – Tempo de exigir mudanças’*, apresentado pelo BE, fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar agora ao Voto de Saudação n.º 6/103, inicialmente apresentado como moção e que é da autoria do PSD, ‘Congratular o Sporting União Fonte Santense’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 6/103**, apresentado pelo PSD. O Voto de Saudação n.º 6/103 foi **aprovado por maioria**, com abstenção de 5DM IND, 1DM PEV e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, 1DM PEV, PAN, MPT, PNP e 1DM IND. -----

----- (O *Voto de Saudação n.º 6/103 – ‘Congratular o Sporting União Fonte Santense’*, apresentado pelo PSD, fica anexado à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Terminámos a votação dos votos propriamente ditos, vamos entrar agora nas moções.-----

----- A Moção n.º 1/103 do PCP ‘Não a uma Europa das deportações’ e a Moção n.º 2/103 do PS ‘Por uma Europa solidária e respeitadora dos direitos humanos’. -----

---- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 1/103**, apresentada pelo PCP. A Moção n.º 1/103 foi **rejeitada**, com os votos contra de PS, PSD e PNP, abstenção de CDS-PP, MPT e votos a favor de PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. -----

---- (A **Moção n.º 1/103** – ‘*Não a uma Europa das deportações*’, apresentada pelo PCP, fica anexada à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

---- Vamos passar agora à Moção n.º 2/103, apresentada pelo PS, ‘Por uma Europa solidária e respeitadora dos direitos humanos’. Há uma retificação no Ponto 6 da parte deliberativa, são as entidades a quem enviar e é acrescentado ‘a todos os parceiros do programa de acolhimento dos refugiados de Lisboa’. -----

---- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 2/103**, apresentada pelo PS. A Moção n.º 2/103 foi **aprovada por unanimidade**. -----

---- (A **Moção n.º 2/103** – ‘*Por uma Europa solidária e respeitadora dos direitos humanos*’, apresentada pelo PS, fica anexada à presente ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

---- Uma Declaração de Voto que o BE apresentará posteriormente. -----

---- Declaração de Voto que o CDS-PP também irá apresentar.” -----

---- (O BE não apresentou posteriormente a respetiva Declaração de Voto referida anteriormente) -----

---- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

---- “*Moção 02/103 (PS)* -----

---- *Por uma Europa solidária e respeitadora dos Direitos Humanos* -----

---- *Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que votaram favoravelmente a moção em epígrafe por se identificarem com o espírito e as propostas nela vertida mas não podem deixar de lamentar que o esforço que está a ser feito pelos portugueses tenha resultados aquém das expectativas.* -----

---- *Na recente visita que o Primeiro-ministro, António Costa, efetuou a um campo de acolhimento de refugiados, na Grécia, a comunicação social divulgou várias peças jornalísticas em que os refugiados, apesar das condições em que estavam albergados, manifestaram indisponibilidade, e até alguma má vontade, quando questionados sobre se queriam ir para Portugal. Estas afirmações são a sequência de outras que já eram do conhecimento público, e que são confirmadas pelo escasso número de refugiados que até hoje chegou ao nosso país.* -----

---- *A continuarem as manifestações de indisponibilidade generalizada, por parte dos refugiados, o CDS recomenda que concentremos os nossos recursos e vontades na resolução dos problemas locais.* -----

---- *Lisboa, 19 de Abril de 2016* -----

---- *Pelo Grupo Municipal do CDS-PP* -----

---- *Maria Luísa Aldim*” -----

---- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Vamos agora passar à votação das recomendações. -----

---- A Recomendação n.º 1/103 apresentada pelo PEV sobre o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Jardim Botânico. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 1/103**, apresentada pelo PEV. A Recomendação n.º 1/103 foi **aprovada**, com abstenção de PS, PNP, 6IND e votos a favor de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN.-----

----- (A **Recomendação n.º 1/103** – ‘**Plano de Pormenor de Salvaguarda do Jardim Botânico**’, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 2/103 sobre a Vila Martel. O PS pede para se votar os Pontos n.º 3 e n.º 4 em separado, portanto, vamos votar os Pontos n.º 1, n.º 2, n.º 5 e n.º 6 da Recomendação n.º 2/103, apresentada pelo PEV. -----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos n.º 1, n.º 2, n.º 5 e n.º 6 da Recomendação n.º 2/103**, apresentada pelo PEV. Os Pontos n.º 1, n.º 2, n.º 5 e n.º 6 da Recomendação n.º 2/103 foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Podem ser os dois juntos ou têm que ser separados os Pontos n.º 3 e n.º 4? Podem ser juntos, vamos pôr à votação os Pontos n.º 3 e n.º 4 Recomendação n.º 2/103 do PEV, sobre a Vila Martel. -----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos n.º 3 e n.º 4 da Recomendação n.º 2/103**, apresentada pelo PEV. Os Pontos n.º 3 e n.º 4 da Recomendação n.º 2/103 foram **rejeitados**, com os votos contra de PS, PNP, 6IND e votos a favor de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN.-----

----- (A **Recomendação n.º 2/103** – ‘**Vila Martel**’, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 3/103 ‘Produtos nacionais em refeitórios e cantinas municipais’, também apresentada pelo PEV. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 3/103**, apresentada pelo PEV. A Recomendação n.º 3/103 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (A **Recomendação n.º 3/103** – ‘**Produtos nacionais em refeitórios e cantinas municipais**’, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 4/103, apresentada pelo CDS-PP. Tem uma retificação na parte final deliberativa, na primeira recomendação que era ‘inicie o quanto antes as obras de requalificação do Largo do Leão’ passa a ser ‘Inicie, logo que se encontrem reunidas todas as condições legais e regulamentares necessárias ao início da obra, as obras de requalificação do Largo do Leão’. Com esta retificação aceite pelo proponente a recomendação vai ser posta à votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 4/103**, apresentada pelo CDS-PP. A Recomendação n.º 4/103 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (A **Recomendação n.º 4/103** – ‘**inicie o quanto antes as obras de requalificação do Largo do Leão**’, apresentada pelo CDS-PP, fica anexada à presente ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 5/103 do MPT que se chama ‘Em Lisboa, Pontas de Cigarro e Pastilhas Elásticas no Chão, NÃO!’. Nesta Recomendação n.º 5/103 o ponto n.º 2 da parte deliberativa foi alterado, ele fazia referência a uma empresa em concreto, essa referência é eliminada e passa a ser ‘em sede de contactos

com empresas com competências neste tipo de reciclagem, de preferência empresas nacionais’, em vez da referência expressa à empresa que lá estava. Portanto, com esta retificação aceite pelo proponente vamos pôr à votação a Recomendação n.º 5/103. ----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 5/103**, apresentada pelo MPT. A Recomendação n.º 5/103 foi **rejeitada**, com os votos contra de PS, PNPN, abstenção de 6IND e votos a favor de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN. -----

----- (A **Recomendação n.º 5/103** – ‘*Em Lisboa, Pontas de Cigarro e Pastilhas Elásticas no Chão, NÃO!*’, apresentada pelo MPT, fica anexada à presente ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos prosseguir com a Recomendação n.º 6/103 ‘Garantir acessibilidade a pessoas em cadeira de rodas nos autocarros da Carris’, é apresentada pelo BE, vamos pôr à votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 6/103**, apresentada pelo BE. A Recomendação n.º 6/103 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (A **Recomendação n.º 6/103** – ‘*Garantir acessibilidade a pessoas em cadeira de rodas nos autocarros da Carris*’, apresentada pelo BE, fica anexada à presente ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 7/103, apresentada também pelo BE, que se intitula ‘Pelo cumprimento das regras ambientais no Aeroporto de Lisboa’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 7/103**, apresentada pelo BE. A Recomendação n.º 7/103 foi **aprovada**, com abstenção de PSD, MPT e votos a favor de PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 7/103** – ‘*Pelo cumprimento das regras ambientais no Aeroporto de Lisboa*’, apresentada pelo BE, fica anexada à presente ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- A Recomendação n.º 8/103 ‘Pelo desenvolvimento de redes de internet sem fios públicas e partilhadas’, apresentada pelo BE. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 8/103**, apresentada pelo BE. A Recomendação n.º 8/103 foi **aprovada**, com abstenção de MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 8/103** – ‘*Pelo desenvolvimento de redes de internet sem fios públicas e partilhadas*’, apresentada pelo BE, fica anexada à presente ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 9/103, apresentada pelo PAN, ‘Declaração simbólica de Lisboa como ‘Município Livre de TTIP’’, portanto, o TTIP é o Tratado de Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 9/103**, apresentada pelo PAN. A Recomendação n.º 9/103 foi **rejeitada**, com votos contra de PS, PSD, CDS-PP, PNPN e votos a favor de PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 9/103** – ‘*Declaração simbólica de Lisboa como ‘Município Livre de TTIP’*’, apresentada pelo PAN, fica anexada à presente ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da Recomendação n.º 10/103, também apresentada pelo PAN, ‘Uma praça em cada bairro mais acolhedora’.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 10/103**, apresentada pelo PAN. A Recomendação n.º 10/103 foi **aprovada**, com abstenção de PSD, MPT e votos a favor de PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- (A **Recomendação n.º 10/103** – ‘*Uma praça em cada bairro mais acolhedora*’, apresentada pelo PAN, fica anexada à presente ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 11/103, ‘Calendário Oficial de Dias Municipais’, proposta pelo PAN.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 11/103**, apresentada pelo PAN. A Recomendação n.º 11/103 foi **aprovada**, com abstenção de PS, PSD, MPT, PNPN e votos a favor de PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e 6IND.-----

----- (A **Recomendação n.º 11/103** – ‘*Calendário Oficial de Dias Municipais*’, apresentada pelo PAN, fica anexada à presente ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 12/103 do PCP, ‘Por um sector de transportes públicos ao serviço do progresso e do desenvolvimento social e económico’.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 12/103**, apresentada pelo PCP. A Recomendação n.º 12/103 foi **aprovada**, com o voto contra de PSD, abstenção de BE, CDS-PP, MPT e votos a favor de PS, PCP, PEV, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- (A **Recomendação n.º 12/103** – ‘*Por um sector de transportes públicos ao serviço do progresso e do desenvolvimento social e económico*’, apresentada pelo PCP, fica anexada à presente ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- Declaração de Voto do CDS-PP sobre esta última votação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “**Recomendação 12/103 (PCP)**-----

----- *Por um sector de transportes públicos ao serviço do progresso e do desenvolvimento social e económico*-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na recomendação em epígrafe por entender que o PCP defende uma visão para a área dos transportes baseado num modelo financeiro unicamente público, quando o CDS entende que o caminho trilhado sob orientação do anterior Governo permitiria alcançar ganhos financeiros para a empresa e, consecutivamente, maior competitividade aliada a preços acessíveis para os utentes, bem como uma melhoria dos serviços, em número e extensão.*-----

----- *O CDS pugna para que seja cumprido o Plano Estratégico para os Transportes e o pleno funcionamento da Autoridade para a Mobilidade e Transportes, cuja visão metropolitana e integrada é essencial para a prossecução de um bom serviço público.*

----- *Tememos, contudo, que o retrocesso no processo de privatização da Transportes de Lisboa levado a cabo pelo Governo socialista venha a atrasar o processo de desenvolvimento da empresa, em particular a sua subsistência financeira originando*

um impacto negativo no serviço prestado, quando a preocupação deveria incidir em não aumentar impostos e taxas e na urgência em capacitar as autoridades existentes de meios de apoio e regulação.-----

----- Lisboa, 19 de Abril de 2016 -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP-----

----- Diogo Moura” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminámos os trabalhos relacionados com o PAOD.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;**-----

-----Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos entrar agora sim no Período da Ordem do Dia com a apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente que tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, senhores Vereadores. -----

----- Cabe-me a mim apresentar a apresentação escrita da atuação do Executivo e dos serviços da Câmara Municipal respeitantes ao período e, naturalmente, na síntese constam vários pontos importantes.-----

----- Quero aqui referir de forma muito telegráfica a inauguração do Centro de Apoio aos Refugiados na Freguesia do Lumiar, um exemplo do que tem sido uma política da abertura e da marca política que queremos imprimir na cidade de Lisboa; a abertura da Rua de Alcântara que encerra as mais modernas soluções que estamos a utilizar na cidade relativamente ao conforto e à acessibilidade dos munícipes na via pública; a certificação da Gestão Florestal de Monsanto, que recebeu mais alto galardão e crédito do ponto de vista da qualidade ambiental da gestão de uma área florestal; a aprovação e a disponibilização da política de dados abertos do Município de Lisboa, que tem muita importância do ponto de vista da atividade do Município dos vários Serviços, mas também como elemento de apoio à dinamização da atividade económica e das empresas que vão poder a partir de dados fiáveis, certificados, credíveis, permanentemente atualizados, oferecer novas aplicações para o serviço dos cidadãos; também na área económica aprovação dos critérios das lojas com história; a apresentação de um importante estudo resultante da parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Fundação Calouste Gulbenkian, relativamente a todo o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, por isso Lisboa uma Metrópole

para o Atlântico; a aprovação na área da mobilidade da experiência-piloto da utilização das faixas Bus para a circulação de motociclos, como experiência-piloto nos primeiros 180 dias e com possibilidade depois dessa avaliação de ser uma experiência mais generalizada; também na área dos equipamentos o lançamento das primeiras pedras do Pavilhão dos Loios, em Marvila; a primeira pedra da Piscina da Penha de França, que não consta desta informação escrita mas que aconteceu há poucos dias e que, no fundo é o início do processo de recuperação da última das piscinas históricas que ainda não se tinha iniciado o seu processo de recuperação; também a abertura da piscina de Arroios do parque infantil da Freguesia de Arroios; a Moda Lisboa e a sua nova edição da Moda Lisboa, a exposição Internacional do Design em Madrid inserida na Arco Madrid, onde se comemorou e assinalou a internacionalização da Arco em Lisboa, que terá início no nosso no próximo mês de maio; e ao nível do desporto, a realização de eventos com a importância que uma meia-maratona, como a Taça Mundial de Ginástica Rítmica e as Olissipiadas, que se afirmam hoje de novo como um grande processo de mobilização da cidade já tendo realizado mais de 70 eventos abrangendo mais de 5 mil crianças. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, este período que agora vivemos, o último período do tempo da governação da cidade fica marcado por 3 aspetos fundamentais: o primeiro aspeto que gostava de destacar é de forma inequívoca a apresentação das contas do Município. -----

----- A apresentação das contas do Município respeitantes ao ano de 2015 foi um momento de grande importância por constatou-se com esta apresentação de contas que a Câmara Municipal de Lisboa teve em 2015, o melhor exercício orçamental da última década. -----

----- E este é um feito da maior importância, porque é um feito que corresponde não só ao exemplo, da boa gestão da coisa pública, que nós fazemos e estamos a partir de Lisboa, como é um elemento essencial da nossa capacidade para no presente e no futuro servimos melhor a cidade e servirmos melhor os lisboetas e os números são indesmentíveis e são de uma enorme clareza, a Câmara Municipal de Lisboa reduziu o seu passivo face a 2007 e cerca de 770 milhões de euros e reduziu o seu prazo de pagamento a fornecedores cerca de 324 dias para cerca de 3 dias, isto é uma situação de pronto pagamento. -----

----- Ninguém no país, neste momento, faz melhor do que a Câmara Municipal de Lisboa a pagar a pronto, aos seus fornecedores, não faz no país, nos municípios, poucos farão no país no setor privado e mesmo a nível internacional, isto é uma marca de orgulho para todos! -----

----- Quero pois deixar uma palavra de saudação e de felicitações ao Senhor Vereador das Finanças, a toda a equipa da Direção Municipal de Finanças, pelo trabalho que realizaram ao longo deste ano e que nos permite, sem dúvida apresentar estes resultados que nos orgulham enquanto a instituição fundamental da Administração Pública Portuguesa, mas acima de tudo que nos dão confiança para o futuro. -----

----- E recorde que estes resultados permitem-nos não só alavancar uma significativa capacidade de investimento como nos têm permitido ir resolvendo alguns dos problemas que de forma mais crónica se arrastavam nas contas e na vida da cidade. ----

----- Recordo-me bem quando assumi funções na Câmara Municipal de Lisboa, o quão penoso era falarmos de assuntos como a questão dos terrenos da Braga Parques, como o problema gerado no Vale de Santo António ou como aos problemas gerados pelo contencioso com o Grupo Sonae associados ao Colombo. -----

----- Ora, esses contenciosos, num valor que ascende a quase 200 milhões de euros, foram resolvidos porque nós tivemos capacidade financeira hoje para o fazer. Tivemos empenho, sim é resolver estes contenciosos, mas a verdade é que fizemos uma gestão que nos permite limpar a Câmara de um contencioso que se arrastava há muitos anos com grave prejuízo não só da imagem da Câmara, da situação financeira da Câmara, mas da nossa capacidade de servir melhor o futuro de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Quero em segundo lugar, Senhora Presidente, destacar os avanços que fizemos numa área que temos apontado como área central da governação da cidade, que é a área do cuidar da cidade e dos cidadãos, isto é, a atenção que procuramos sempre dar e que aqui muitas vezes assinalamos à manutenção geral da cidade, à situação geral da cidade, ao cuidado com aquilo que de fora nós vemos e muitos classificam como as pequenas coisas da cidade, mas que nós sabemos que para todos aqueles municípios que sofrem os problemas e os inconvenientes são muitas vezes as grandes coisas que degradam de forma muito significativa a sua qualidade de vida. -----

----- Tenho dito muitas vezes é uma prioridade do Executivo que tratar de um passeio que não está reparado, tratar de um buraco numa rua, tratar de um candeeiro de uma lâmpada fundida não é um problema menor para o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa. Tem que ser um problema maior, porque este é o problema maior para o município que verdadeira e diariamente se vê confrontado com o mesmo problema. ----

----- Quero pois destacar aqui aquilo que temos feito nas áreas e nos programas emblemáticos que lançamos do ponto de vista da manutenção e do cuidar geral da cidade. -----

----- Em primeiro lugar é hoje indiscutível que o Programa Pavimentar se encontra em amplo ritmo de desenvolvimento, por todas as freguesias da cidade vemos obra e, neste momento, temos em obra cerca de 109 arruamentos, num total integral de quando as obras estiverem concluídas de cerca de 40 quilómetros, com um valor global de empreitadas de 13 milhões de euros. O Programa está a correr bem, o programa está a correr nos termos em que estava previsto e continuando desta forma atingirmos o nosso objetivo, que é o objetivo de termos no final de 2017, cerca de 110 quilómetros de arruamentos refeitos do total de investimento de 25 milhões de euros.--

----- Esta era uma área que todos nós e todos na cidade os sentia e nos pediam uma resposta e nós estamos a dar essa resposta, o Programa Pavimentar está com níveis importantes de realização. -----

----- Em segundo lugar, salientar uma atuação que o reputo da maior importância, nós estamos neste momento com uma brigada que tem como missão retirar e facilitar a

circulação das pessoas pelos passeios retirando os obstáculos que existem pelos passeios. -----

----- Mais uma vez eu insisto, isto não é uma questão menor na gestão da cidade, isto é uma questão maior, porque muitos destes obstáculos impedem verdadeiramente uma vida com qualidade para aqueles que têm mobilidade reduzida, mas até de forma geral a todos aqueles que circulam pelos passeios. É por isso que, neste momento já foram retirados cerca de 700 sinais de trânsito considerados redundantes e que este trabalho vai continuar ao longo dos próximos meses e dos próximos e até ao final do mandato com uma energia redobrada. -----

----- Quero acrescentar a isto um elemento de grande importância, estamos a finalizar com as várias Juntas de Freguesia, para aprovação em Câmara, e depois como a Lei determina aqui na Assembleia Municipal, um vasto conjunto de protocolos de delegações de competências que estão centrados precisamente sobre a gestão e a manutenção do espaço público. É uma área de competências das Juntas de Freguesia em algumas matérias, mas é uma área que as Juntas de Freguesia têm vindo a exercer na esfera da manutenção, mas nós consideramos que se aproveitarmos hoje, o que é o êxito da concretização da Reforma da Administrativa que as Juntas de Freguesia estão em boas condições para assumirem esta responsabilidade adicional e através de protocolo de delegação de competências realizarem importantes obras de manutenção do espaço público para que o mais rapidamente possível possamos ter uma cidade ao serviço de todos. -----

----- Quero destacar aqui também e os Senhores Deputados farão a justiça de se lembrar que não há muito pouco tempo um dos temas principais que afetava a imagem da cidade para o problema dos grafitis. Temos neste momento, porque podemos e temos essas condições, um contrato em fase final de adjudicação no valor de 4 milhões e meio de euros, o contrato que assegurará não só limpeza, mas também fiscalização dos grafitis em todas as zonas da cidade, assegurando que um problema que é não só um problema de estética e é não só um problema da forma como a cidade se apresenta, mas é acima de tudo um problema que degrada todo o sentimento até de segurança e de respeito pela cidade quando não é resolvida em tempo, é um problema que nós hoje vamos ter até ao verão, a contratação efetuada para que, durante os próximos anos, este seja um problema de vez erradicado da visibilidade dos municípios, não é erradicado na sua origem, mas será na sua limpeza e na sua remoção. -----

----- Quero por último nesta frente de cuidar da cidade destacar a importante decisão que foi tomada que é a decisão de instalação de cerca de 500 contentores de resíduos sólidos urbanos, que no fundo vão complementar, vão criar uma segunda rede complementar à rede de recolha de lixo que a cidade de Lisboa, neste momento dispõe. -----

----- A verdade é que nós temos um sistema de recolha de lixo, a recolha seletiva porta-a-porta que é o sistema geral que funciona pela cidade que nos trouxe grandes vantagens e grandes benefícios, nomeadamente no cumprimento de metas de reciclagem de separação de lixos e de reciclagem, mas a verdade também é que esta

rede este sistema é insuficiente e apresenta externalidades negativas importantes, porque em zonas em que os prédios não comportam este tipo de solução ou em zonas em que pela natureza dos prédios não haja um acordo para a utilização deste instrumento, muitas vezes nós temos o lixo nas ruas da cidade e a percepção de diagnosticar bem o problema faz-nos com que nós hoje tenhamos, creio eu, encontrado a solução para este importante problema, que é a criação de uma segunda rede. -----

----- Um segundo sistema, um mecanismo complementar, um mecanismo em que nós teremos cerca de 500 contentores enterrados cerca de 120 e ilhas que estarão colocadas precisamente nos sítios que já estão identificados como são sítios de acumulação de sacos, isto é, sítios em que nós sabemos que não há que o sistema de recolha seletiva não está a funcionar de forma como era o pretendida e o seu objetivo, para que nós com estes dois sistemas possamos finalmente, ter um avanço significativo naquilo que continua a ser uma preocupação importante neste sentimento e nesta linha de cuidar da cidade de Lisboa. -----

----- Digo uma vez mais, cuidarmos dos pequenos problemas, daquilo que parecem os pequenos problemas da cidade não é uma tarefa pequena, é uma tarefa maior deste Executivo, é uma tarefa maior da governação porque estamos a dar resposta àquilo que são os problemas maiores da população da cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu quero destacar nesta intervenção uma segunda área de intervenção, uma segunda área nuclear, que é a área da habitação. A área da habitação que tem vários programas no cumprimento da nossa missão legal de assegurar e de apoiar na concretização do acesso e do direito à habitação. -----

----- Nós temos, neste momento, em marcha um programa vasto e amplo de requalificação dos bairros municipais, que foi aqui discutido também na Assembleia Municipal, um programa que quando concluído é um programa que na sua dimensão é dos programas de maior ambição que foram lançados nos últimos anos pela Câmara de Lisboa. Um programa que concluído, representará uma intervenção em cerca de 1835 edifícios, abrangendo se 10 mil habitações que tocarão 43 mil munícipes. -----

----- E quero anunciar, informar a Câmara que até agosto nós teremos no desenvolvimento deste projeto um desenvolvimento muito significativo, até agosto, 14 das 21 operações que constam do contrato programa e da intervenção global dos bairros encontrar-se-á concluída, em execução ou em execução. Em agosto deste ano, nós teremos 14, 2/3 das 21 intervenções estarão concluídas ou estarão com a empreitada em obra. -----

----- Quero aqui deixar uma palavra de saudação também a toda a equipa da Habitação e da Gebalis pelo esforço muito significativo que fizeram para que possamos, tenhamos conseguido com esta rapidez, ter um projeto desta dimensão em marcha e que vai melhorar significativamente a vida de uma parte muito significativa da população de Lisboa, em particular aqueles para quem nós temos uma dupla responsabilidade como munícipes, mas também como senhorios, intervir sob a habitação de 40 mil munícipes é intervir sobre a habitação de 2/3 do edificado

municipal, seja nas reparações no exterior das coberturas, dos isolamentos ou seja nas intervenções de reparação mais profunda de alteração de determinados padrões de construção que hoje são vistos como menos adequados à prossecução da missão, seja também com a realização de obras indispensáveis à qualidade de vida de todos quantos neles habitam, quer, pois dar nota este importante programa, deste importante avanço e do ponto é que nós chegaremos muito em breve, até agosto, até ao verão, em agosto, final de agosto, teremos 14 das 21 intervenções em andamento, o que nos dá confiança de sermos bem-sucedidos na concretização deste programa. -----

----- Senhora Presidente, mas se há marca que eu gostava de destacar destes últimos meses de Executivo é precisamente na área de habitação e é o lançamento do Programa da Renda Acessível.-----

----- O Programa da Renda Acessível é porventura dos projetos mais emblemáticos, mais arrojados e de maior alcance que este Executivo está envolvido porque este programa destina-se precisamente a um objetivo central, um objetivo partilhado por todos, por todas as forças políticas, que é o objetivo de termos mais pessoas a residir na cidade de Lisboa. Temos tentado muito e ao longo de muitos anos, ao longo de muitas décadas, vários executivos têm trabalhado e desenvolvido as políticas para que Lisboa possa atrair mais população. Não fomos nós que descobrimos esse objetivo, muitos têm trabalhado para o concretizar. -----

-----Mas a verdade é que nós até agora, durante várias décadas, Lisboa perdeu população e perdeu população por um fator fundamental, pelo fator do custo da habitação. Não tanto agora na habitação de natureza social, onde foi o local onde a Câmara e a cidade de investirem mais fortemente nas últimas décadas num progresso notável das políticas públicas em Portugal, mas agora num novo segmento que se cola diretamente a este que é a habitação para as classes médias, para as classes médias baixas, para as classes médias para as verdadeiras classes médias, para poderem ter uma habitação a custo acessível e compatível com os seus rendimentos na cidade de Lisboa. -----

----- O que no fundo nós fazemos é que repegar uma ideia, basearmo-nos numa ideia, não é inventarmos a roda do zero, é repegarmos numa ideia que já provou ter sucesso em Lisboa, é usar a nossa capacidade enquanto proprietários, enquanto proprietários de edifícios e enquanto proprietários de terrenos para colocarmos à disposição do investimento o investimento em habitação a rendas acessíveis e neste processo, o que nós contamos conseguir e consigamos ter rendas fixadas para os jovens e para as classes médias em geral que sejam, em média, metade das rendas que neste momento estão disponíveis no mercado -----

----- Valores que oscilam entre os 250 euros para um T0 a valores de 450 euros de um T2, permitindo a uma parte importante das famílias da classe média ter acesso a uma habitação naquilo que é um limiar que se está definido como limiar máximo de rendimento possível para o razoável, para o custo da habitação que é o patamar de 30 por cento do seu rendimento.-----

----- Tivemos oportunidade de apresentar este projeto, temos oportunidade, estamos há muito tempo a trabalhar neste projeto, temos uma forte confiança que ele seja bem-

sucedido e estaremos daqui para a frente focados na sua concretização, não será para hoje, certamente, não será amanhã certamente, mas queremos até ao final deste ano lançar as primeiras concessões para que os investidores possam dizer de sua justiça e temos produtos com capacidade para atrair diferentes tipos de investidores, desde operações mais pequenas cerca de 3 milhões de euros, a operações de maior dimensão e estamos confiantes que com perseverança, vamos conseguir em poucos anos dar um impulso significativo no mercado da habitação disponibilizando entre 5 a 7 mil casas nesta primeira fase para um programa que será verdadeiramente transformador da forma como se exerce o direito à habitação e da forma como asseguramos aquilo que é importante a todos, é assegurar que todos os que querem morar em Lisboa possam verdadeiramente morar em Lisboa. -----

----- Senhora Presidente. Senhores Deputados, três breves palavras sobre o futuro e sobre os próximos e sobre as próximas semanas e meses de ação do Executivo. -----

----- Inicia-se esta semana, tem início esta semana uma das mais importantes obras de transformação do espaço público, a obra de Requalificação do Eixo Central, a obra de Requalificação de todo o Eixo entre o Marquês de Pombal até à Elias Garcia. Esta é uma obra da maior importância, porque a transformação que vamos operar é uma transformação com benefícios muito significativos para todos aqueles que vivem, todos aqueles que trabalham, todos aqueles que visitam aquela zona, porque a verdade é que o que nós vamos fazer com o projeto que está aprovado e que nós vamos criar muito mais zonas pedonais para que as pessoas possam andar a pé, que vai dar muito mais oportunidades ao comércio local, porque vão ter mais clientes, porque vão ter mais pessoas que circulam, que vamos criar muito mais esplanadas para todos aqueles que querem usufruir do bom tempo da cidade de Lisboa o possam fazer, para todos aqueles que querem usufruir dos jardins, dos parques, porque vão ter mais jardins e parques para poder usufruir, porque teremos uma primazia também dado, um papel importante dado às ciclovias e à mobilidade suave através da bicicleta, são estes os benefícios deste projeto, uma transformação numa zona central da cidade onde vamos privilegiar as pessoas e vamos dar mais oportunidades para que as pessoas vivam melhor na cidade de Lisboa. -----

----- Falamos aqui muitas vezes na Assembleia Municipal de retirar a lição do que foi o caso bem-sucedido da transformação da Avenida Duque D'Ávila não há projeto que exemplifique melhor esta extensão e esta extensão em escala desta visão do que nós transformarmos precisamente o Eixo da Avenida da República, da Praça do Saldanha e da Avenida Fontes Pereira de Melo. -----

----- É por isso que nós vamos iniciar as obras com um grande sentido de convicção de que os benefícios para todos aqueles que residem e todos aqueles que ali trabalham são muito e são muito significativos. São como digo na mobilidade, são no acesso aos espaços verdes, são o acesso ao comércio local, são no acesso à possibilidade de terem esplanadas e restauração ao ar livre, na melhoria da qualidade de vida, na possibilidade de utilizar a bicicleta é para todos esses que o projeto está feito e para todos esses que o projeto está desenhado e vamos dar início ao que creio ser dos

projetos mais emblemáticos, mais positivos, mais inovadores e até mais transformadores da forma como se vive numa importante zona da cidade de Lisboa. ---
----- Mas quero aproveitar esta oportunidade para informar a Assembleia daquilo que consideramos serem as alterações do ajuste que fizemos em função de todo o debate público no Projeto Eixo Central, porque a verdade é que um projeto desta natureza foi submetido a um forte e intenso debate público e lembro-me bem também por iniciativa, por pedido da Câmara, mas também por iniciativa da Assembleia Municipal, onde foi muito debatido, porque se discutiram as diferentes visões, tivemos oportunidade a semana passada de realizar a última reunião, a última Sessão Pública de auscultação e tivemos oportunidade depois dessa reunião dessa auscultação pública de tomar as nossas decisões e quero pois informar que conseguimos dar resposta e que a versão final do projeto que irá ser executada dá resposta àquela que era a principal preocupação que todos colocaram e que muitos colocaram quer aqui na Assembleia, quer nas várias sessões colocamos, que era a questão do estacionamento, e na versão final do projeto a previsão que tínhamos de alguma eliminação de lugares de estacionamento, nomeadamente na zona entre o Saldanha que Elias Garcia de cerca de 149 lugares de estacionamento, neste momento terá um ligeiro saldo positivo de cerca de 7, por isso digamos que a solução encontrada é uma solução que não retira lugares estacionamento no Eixo entre o Saldanha, isto é a norte da Praça do Saldanha, em todo o projeto da Avenida da República e conseguimos-lo fazendo quatro opções fundamentais.-----

-----Em primeiro lugar, iremos concentrar a ciclovía e em vez de termos duas ciclovias de cariz unidirecional iremos ter uma ciclovía bidirecional colocada do lado poente da Avenida da República, por isso, a ciclovía que vem no formato unidirecional, que é o único formato razoável ao longo da Fontes Pereira de Melo, porque se coloca na faixa, está inserida na faixa de rodagem, chegando à Avenida da República incorporará uma ciclovía bidirecional que se desenvolverá da Praça do Saldanha até ao longo de toda a Avenida da República cruzando a ciclovía bidirecional da Avenida Duque de Ávila, cruzando a ciclovía, integrando a ciclovía depois do Jardim do Campo Grande cruzando com a ciclovía que vai para a Avenida do Brasil.-----

----- Esta opção que foi feita e que é uma opção que agora tomamos reforça e melhora em minha opinião, o projeto que tínhamos porque uma ciclovía bidirecional tem uma vantagem é que aproxima mais todos que utilizam a mobilidade suave do que será um elemento importante de valorização e de dinamismo do comércio local, mas conseguimos mais, conseguimos fazer um aumento significativo dos lugares, conseguimos assim com a ciclovía manter o perfil de estacionamento em espinha do lado nascente entre o Saldanha e a Avenida Elias Garcia, por isso, ao longo de toda a Avenida da República e conseguimos através da melhoria do sistema de estacionamento envolvente, o ganho remanescente de lugares.-----

----- Conseguimos também e introduzimos na versão final algo que foi muito solicitado e ao qual uma questão levantada pelos vários, por vários moradores aos quais nós tivemos naturalmente que encontrar uma resposta, porque se tratava de uma

matéria muito pertinente, que é a disponibilidade de espaços próprios de cargas e descargas e também para a utilização temporária, nomeadamente para pessoas idosas ou com dificuldades, precisamente colocados na parte de cima, na borda dos passeios e em particular do lado poente da Avenida da República. Foi uma solicitação colocada nos vários debates públicos e que estará incorporada na versão final. -----

----- Quero também ainda concluir que acrescenta a isto, depois deste resultado relativamente à gestão do estacionamento na parte que vai do Saldanha para norte na Avenida da República, que a Câmara de Lisboa negociou com os parques de estacionamento subterrâneos, um conjunto de quase 200 lugares cerca de 175 lugares em que as avenças para valores de 24 horas, através da EMEL terão um valor mensal de 25 euros. -----

----- Muitos dirão, mas este é um valor acima do que tem os valores do estacionamento à superfície, é verdade que sim, mas a verdade também é que se trata de um tipo de estacionamento com o nível de conforto, de segurança, de proteção que o estacionamento à superfície não exerce. -----

----- Em síntese Senhores Deputados, esta informação que os queria trazer, vamos iniciar com uma obra da maior importância, vamos iniciá-la a esta semana, vamos iniciar uma obra que vai mudar a face da cidade de Lisboa com um número significativo de benefícios para os que vivem, as pessoas que residem, mas quis trazer-vos os aqui em primeira mão aquilo que foram as alterações que resultaram do extenso processo de debate público, com a convicção de que o projeto daqui resultante, na minha opinião, é melhor do que a proposta inicial que nós tínhamos, isto é, as propostas que nós hoje temos melhoraram a solução final reduziram os incómodos e os receios de muitos daqueles que se expressaram sobre esta matéria, porque nós assim consideramos que teremos condições para no final, temos um projeto que sirva mais pessoas e que mais pessoas se sintam bem com este projeto tão importante. -----

----- Senhora Presidente quero falar dos dois últimos pontos, quero falar, prende-se também precisamente com o futuro da cidade e de duas áreas que temos aqui falado e são áreas importantes estratégicas, a primeira das quais é um tema naturalmente muito querido de todos os Senhores Deputados e muito querido de toda a cidade, que é a nova Feira Popular. -----

----- A nova Feira Popular tive aqui a oportunidade de apresentar a sua localização, as razões do Executivo, já aqui estive na Assembleia Municipal o processo de aquisição do património para instalação da nova Feira Popular, mas posso aqui hoje trazer-vos uma outra, uma nova novidade. É que já estão concluídos os trabalhos que foram encomendados sobre o que são as propostas do ponto de vista do desenho do parque urbano. Teremos ainda esta semana uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Feira Popular e o que posso assegurar é que nós teremos até ao final deste ano o início da obra relativamente à envolvente da Feira Popular e também já relativamente à construção do parque urbano, onde se vai inserir a feira de diversões -----

----- Esta é, sem dúvida aquilo ou talvez das obras mais ansiadas e por muitos lisboetas que ansiaram há muito tempo que lhes fosse devolvida a sua Feira Popular,

foi isso que eu tive oportunidade de anunciar aqui quando anunciámos a compra dos terrenos, a localização e a compra dos terrenos, mas, durante estes meses não estivemos parados, tivemos a trabalhar nos projetos que o levantamento dos terrenos, no levantamento topográfico, tivemos a trabalhar nos projetos do parque urbano, estamos a trabalhar o modelo jurídico do ponto de vista do desenvolvimento da atividade e hoje é uma realidade que os possa afirmar, até ao final do ano irão iniciar-se as obras desta importantíssima infraestrutura para o serviço da cidade e para o serviço de todos os lisboetas. “ -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente é só para informar que já terminou o seu tempo, o PS cede-lhe tempo para terminar a sua intervenção inicial, depois terá tempo para as respostas, mas estou só a dar conhecimento que é tempo cedido do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, eu estou mesmo a terminar. -----

----- Gostava de dar há ainda uma informação respeitante à Feira Popular, que é a seguinte: no projeto da Feira Popular da nova localização da Feira Popular melhor dizendo, está incluído um parque de estacionamento que, na sua versão completa quando concluído, terá um parque estacionamento de cerca de 1500 lugares, com possibilidade de expansão. Isto é importante, naturalmente por causa da infraestrutura da Feira Popular, mas é também importante ou sobretudo importante porque vai ser um parque dissuasor que gerido em articulação com a Carris irá auxiliar de forma significativa aquilo que tem sido um grande objetivo que todos, isto é, um parque que consiga numa zona determinada da cidade que as pessoas a muitíssimo baixo custo, possam deixar a sua viatura, todos aqueles que sejam detentor do passe de transporte público possam deixar a sua viatura e fazer os seus trajetos dentro da cidade de Lisboa em transporte público.-----

----- Beneficiamos claro desta escolha do local do facto de nesta área haver a estação de metro da Pontinha e é precisamente esta a filosofia, vamos construir um parque de estacionamento que servirá de dia enquanto parque dissuasor para todos aqueles que vêm trabalhar e entram na cidade de Lisboa e que o podem passar a fazer por transporte público em condições que depois determinarem quando tivermos o poder integral de gestão sobre a Carris, mas que permitirá depois também servir de parque à infraestrutura que é a Feira Popular e conseguimos casar bem isto, porque é um investimento que vai servir estes dois propósitos, uma utilização daqueles que entram na cidade de Lisboa, mas a utilização também daqueles que, durante a noite durante os fins de semana, durante os finais de tarde, durante a noite, durante os fins de semana utilizarão a infraestrutura da Feira Popular.-----

----- Quero por último terminar, Senhora Presidente, por dar uma informação à Assembleia da conclusão de um processo negocial entre a Câmara de Lisboa e o Estado, em particular através do Exército e do Tesouro, da passagem para a gestão da Câmara Municipal por um período de 50 anos de uma importante infraestrutura na

cidade de Lisboa, que é o Edifício da Manutenção Militar. Conseguimos concluir essa negociação, conseguimos concluir com êxito essa negociação naquilo que será um dos projetos mais marcantes nos próximos anos no desenvolvimento da nossa cidade. Eu não hesito neste sublinhado, um dos projetos mais marcantes, por duas razões, porque se repararem bem muitas vezes aqui temos falado, uma das zonas importantes nas quais nós devemos colocar as atenções em matéria de desenvolvimento, depois dos projetos da Frente Ribeirinha depois da Expo, depois do que se está a passar na zona da Matinha será precisamente o desenvolvimento da zona que vai de Xabregas até essa zona essa zona da Matinha, ora criar uma popularidade de desenvolvimento em toda aquela zona que abrange as Freguesias do Beato, abrange as Freguesias de Marvila, abrange as Freguesias da Penha de França, abrange as Freguesias de São Vicente necessita ter aqui uma popularidade um elemento de atração que ajude a polarizar o investimento e todo o dinamismo naquela zona. Há muito tempo que pensávamos com fazer e há muito tempo que olhávamos para este equipamento, mas juntou-se a Web Summit, a Web Summit não é na preocupação do local de realização do evento, esse está escolhido será na Expo não, na preocupação em como é que nós poderemos aproveitar ao máximo para a cidade, os benefícios da Web Summit e esses benefícios serão tão mais aproveitados quando nós consigamos oferecer a todos que estão hoje olhar para Lisboa, todos aqueles que virão a Lisboa por efeito da Web Summit, todas aquelas grandes empresas, médias empresas e empreendedores, curiosos como é que aproveitando-se, do facto de estarem aqui em Lisboa e olhar para Lisboa para criar mais emprego, mais atividade e mais futuro para a cidade de Lisboa.

----- Ora, tornou-se evidente que nós podíamos casar as duas coisas e, por isso, para aqueles que conhecem o edifício do que estou a falar, trata-se de um dos mais importantes e de maiores, um dos edifícios de maior dimensão que existe naquela zona da cidade de Lisboa. Com várias dezenas de milhares de metros quadrados, em excelentes condições de conservação que, neste momento, que é uma antiga fábrica do Exército, que se encontrando neste momento desativada, a Câmara contará utilizar enquanto grande polo de mobilização de toda aquela zona, fundamentalmente, através de espaço para a localização de empresas, também para residências artísticas e para outras valências que catapultem e agreguem aquilo que é de mais moderno que existe na cidade de Lisboa. Será pois um dos projetos mais emblemáticos que, neste momento, estamos a lançar, que naturalmente também como das rendas não se fará hoje, não se fará amanhã, mas vai-se seguramente fazer nos próximos anos que representará um enorme mais-valia para aquilo que é a grande ambição da cidade de Lisboa, que é sermos uma cidade com melhor qualidade de vida, com mais pessoas, mas também com mais oportunidades de emprego para todos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos então agora dar a palavra aos diversos Grupos Municipais ou Deputados Independentes que tenham questões a colocar ao Senhor Presidente ou então intervenções a fazer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- A discussão desta informação escrita do Presidente ocorre no momento em que decorreu um ano sobre o início de funções de Fernando Medina, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Não poderei, por isso deixar de a considerar à luz do que têm sido as prioridades assumidas, que concretizam uma nova dinâmica, um novo impulso para o desenvolvimento da cidade.-----

----- Constata-se que Fernando Medina lidera uma equipa renovada e alargada que não se tem limitado a desenvolver o programa já traçado, mas que o tem enriquecido com atualizações inovações. A informação escrita contribui para o referir, embora de forma sucinta, confirma-o.-----

----- Na linha da gestão anterior verifica-se que, no período abrangido pela informação escrita se verificou uma aposta numa economia do conhecimento em tornar Lisboa uma das cidades mais inovadoras e empreendedoras da Europa, um polo de excelência de produção de valores e de serviços qualificados.-----

----- A Câmara Municipal não se substitui às empresas, mas tem um efeito catalisador imprescindível, contribuindo para criar um ecossistema que estimula a inovação e o empreendedorismo. Insere-se nesta linha a nova estratégia de dados abertos do Município de Lisboa, anunciaram dia 22 de fevereiro, que se traduz numa criação de uma plataforma que centraliza dados abertos sobre Lisboa, não apenas do município mas também de um conjunto de entidades relevantes da cidade e que permitirá que empreendedores, estudantes, investigadores, empresas e demais interessados possam desenvolver novas aplicações conceitos e ou produtos de interesse para a cidade.-----

----- Merece também destaque nesta aposta numa economia do conhecimento o anúncio do ano dia 18 de fevereiro do vencedor da Bolsa para Jovens Empreendedores, atribuída pela Startup Lisboa, a Startup Lisboa é, aliás, um caso de sucesso, como puderam comprová-lo os Membros da Comissão de Economia desta Assembleia, que a visitaram recentemente.-----

----- As Universidades e Centros a ela associados são dos elementos mais dinamizadores da economia do conhecimento da cidade. A Câmara de Lisboa tem-se preocupado em criar condições para facilitar o melhor acolhimento dos estudantes estrangeiros que os procuram e que se forem bem integrados na vida cidade podem criar laços que perdurem muito para além do período em que as frequentam. Saudamos por isso a reeleição no passado dia 26 de fevereiro do Wellcome Event, um conjunto de 11 eventos totalmente gratuitos, que culminaram na receção oficial nos Paços do Concelho a mais de 500 estudantes de 56 nacionalidades diferentes. Estamos certos de que foi um evento portador do futuro de ligação e de cumplicidade destes estudantes com Lisboa e com o que contribuiu para projetar a ser mais a cidade internacionalmente.-----

----- É positivo no quadro da ampliação e reabilitação do Edifício Municipal da Antiga Gare do Arco Cego, se preveja a conversão das 3 naves de caráter industrial para a instalação do Centro de Investigação Tecnológica e Científica para estudantes universitários e público diversificado, o Técnico Learning Center correspondendo a um pedido de licenciamento apresentado pelo Instituto Superior Técnico. O Técnico Learning Center reunirá uma diversidade de espaços, nomeadamente um outro Spot, áreas de átrio, de receção, loja, cafetaria, Espaço 24, um espaço de estudo informal, com 450 postos de trabalhos infraestruturados e acesso 24 horas. Espaço multiuso, laboratório de tecnologias de informação e o núcleo de apoio logístico ao edifício. -----

----- A criação cultural está intimamente ligada ao desenvolvimento de uma economia do conhecimento. A afirmação da identidade e da diferença da cidade que nos leva a proferi-la inclusive com turistas, não devemos também esquecer, como dizia Miguel Torga, “universal é o local, sem os muros”. Nesta linha consideramos que foi excelente que a exposição portuguesa *Designe em Português*, formas de uma identidade, que reúne 70 peças da coleção do Mude representante das mais notáveis tendências de *designe português* ao longo dos últimos 60 anos, tenha sido inaugurada em 24 de fevereiro no Arco Madrid. -----

----- A identidade cultural de uma cidade também é feita pelas lojas com história, características com características únicas e para as quais se exige a conservação da identidade arquitetónica e decorativa nas operações urbanísticas, porque possui um reconhecido valor para a identidade da cidade. Torna-se por isso necessário andar depressa para salvar as que ainda podem ser salvas, evitando que desapareçam como consequência da Lei das Rendas, façamos votos que seja dada prioridade à implementação do programa lojas com histórias. -----

----- Na sequência da aprovação no dia 24 fevereiro dos critérios para a sua distinção e da equipa de trabalho encarregue da atribuição desta distinção. Ainda recentemente fomos confrontados na Comissão de Economia com o risco de desaparecimento estabelecimentos importantes para a memória da cidade, como o Europa, Tóquio e Jamaica. -----

----- Outra das formas, das marcas que Fernando Medina tem sublinhado na sua gestão e a formação de Lisboa como cidade aberta e cosmopolita, que contrasta com os muros e os fechamentos que outros constroem na Europa, a atitude desassombrada que Fernando Medina tomou desde o primeiro momento, perante uma das crises humanitárias mais sérias que Europa enfrenta desde a 2ª Guerra Mundial assumindo a disponibilidade de Lisboa para acolher refugiados tem sido traduzida na prática do Município, com a colaboração de freguesias da cidade. -----

----- O Centro de Acolhimento Temporário para os refugiados, inaugurado no dia 22 fevereiro na Freguesia do Lumiar tem capacidade para receber 24 refugiados em regime de permanência e para prestar apoio a cerca de 500, insere-se no programa municipal de acolhimento de refugiados na cidade de Lisboa que tem sido desenvolvido em articulação de um conjunto de organizações da cidade. Paralelamente está a ser implementado o plano municipal de intervenção imigrantes,

porque temos que nos ocupar com a qualidade de integração dos que já cá vivem e trabalham na cidade e contribuem para o seu desenvolvimento. -----

----- A qualidade de vida de todos e todas que vivem na cidade, a preocupação com a inclusão social, com uma cidade para todos, que não sejam espaço desigualdade e exclusão é também um eixo de ação de Fernando Medina na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Consideramos muito importante num período em que é necessário combater o desemprego agravado pelas políticas seguidas a nível nacional nos últimos anos, a concretização do programa municipal para a economia social e promoção da empregabilidade em Lisboa que foi aprovado por unanimidade na reunião da Câmara de 23 de março, tendo sido identificadas as necessidades nas áreas da economia social, empregabilidade e empreendedorismo inclusivo e a função de diagnóstico feito é hora de apostar nas vertentes de gestão do conhecimento, formação, capacitação e aceleração dos projetos de economia social. -----

----- Como resultado das políticas de empobrecimento ativo promovidas pelo Governo anterior, agravadas pela Lei do Arrendamento Urbano verifica-se uma necessidade de fazer face às carências de habitação condigna manifestados por muitas cidadãs e cidadãos, muitos quais têm trazido a esta Assembleia, os seus problemas. Esta situação tem dimensões que ultrapassam o âmbito municipal, exigem novas medidas a vários níveis, mas os socialistas em Lisboa, sempre se preocuparam e procuraram resolver as dificuldades do acesso à habitação, tendo sido responsáveis por ações decisivas para a eliminação das barracas, em coligação com outras forças de esquerda, mas não nos ficamos a olhar para trás, queremos encontrar resposta para os novos desafios. -----

----- Registamos que, em Fevereiro e Março 2016, foram recenseadas seiscentas e vinte e cinco candidaturas e atribuídos cinquenta e um fogos. Entre Fevereiro e 14 de março foi lançada a 7ª edição do Programa Subsídio Municipal de Arrendamento, tendo sido submetidas setenta e três candidaturas das quais trinta e nove foram admitidas e trinta e uma excluídas. -----

----- Sabemos a seriedade com que os problemas da habitação são seguidos a nível municipal, e a importância que damos o programa de requalificação do edificado municipal, um programa de ambição sem precedentes que saudamos e daremos toda a nossa colaboração para fazer face, e para apoio destas necessidades e para o prosseguimento destas políticas. -----

----- Lisboa tem que ser uma cidade para todos, como defende Fernando Medina, uma cidade é um espaço diversidade cultural, social, e étnica, mas não pode ser um espaço de exclusão, nem espaço em que apenas os mais ricos que dispunham de habitações de elevada qualidade, e os mais pobres encontrem habitação nos bairros municipais. Não podemos, por isso, deixar de referir, desde já, a esperança com que encaramos o nosso Programa da Renda Acessível que vai permitir a faixas significativas das classes médias, voltar a viver em Lisboa. -----

----- A Cidade de Lisboa tem de cuidar dos cidadãos, tem de ser amiga das crianças e dos jovens, das pessoas de meia-idade, mas não pode ignorar o envelhecimento de

uma parte significativa da sua população. Só seremos uma cidade desenvolvida se a todos incluirmos, e se mobilizarmos as capacidades criadoras de todos, promovendo, nomeadamente, políticas de envelhecimento ativo. A preocupação com os seniores, com a segurança conforto e mobilidade, manifesta-se em muitas ações desenvolvidas pelo município em colaboração com as Juntas de Freguesia. Registamos que foi inaugurada a oito de Fevereiro, a requalificação da Rua de Alcântara, uma das múltiplas intervenções no âmbito do Programa Pavimentar Lisboa, 2015-2020, a que, aqui, o Senhor Presidente já teve oportunidade de se referir, que implicou a sugestão de sistemas de drenagem e esgotos, a criação de passeios mais largos e do reordenamento do trânsito, valorizando o espaço e o acesso ao comércio local. -----

----- Por outro lado, a dezassete de Março foi lançada a primeira pedra que assinala simbolicamente o arranque da Requalificação do Pavilhão dos Loios, compreender a reformulação dos balneários, o alargamento da sala do ginásio e acesso facilitado para pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- Consideramos também, muito positivo, o facto de a Câmara estar a promover a retirada da sinalização vertical redundante, tendo sido retirados, como aqui já foi referido pelo Presidente, mais de setecentos sinais verticais dos passeios, desde o início do ano, constituíam obstáculos à circulação pedonal, designadamente, as pessoas portadores de deficiência, mas não apenas a essas pessoas, e causavam dificuldades de leitura para os automobilistas. -----

----- Em todas as ações que referi, está sempre presente a preocupação com a inclusão, com a qualidade de vida, com a construção de uma cidade de todos, que é uma das marcas que Fernando Medina está imprimindo à sua ação como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Por tudo o que disse, olhamos com confiança e com esperança o futuro da cidade. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Um momento. -----

----- Nós, nos termos do Regimento, na sequência de cada intervenção, cabe ao Senhor Presidente da Câmara responder, ou reagir à intervenção, se assim o entender. E, portanto, agora tenho de passar a palavra à Câmara e depois, então, prosseguir com as intervenções seguintes, é o que está no artigo 47º do Regimento e, portanto, posso ler se tiverem dúvidas, mas é o que está cá. Na verdade, diz: “processa-se numa única volta da seguinte forma, intervenção inicial do Presidente da Câmara, ou do seu substituto legal, intervenção dos Grupos Municipais que exercem o seu mandato como independentes, e cada intervenção é seguida, de imediato, de resposta”. Isto é numa única volta, sendo que depois, o número seguinte diz que cada Grupo Municipal, ou Deputados Independentes, podem utilizar o seu tempo de uma só vez, ou por diversas vezes. Portanto, há aqui uma certa contradição, nós interpretamos isto como sendo uma segunda volta. Portanto, ou então é seguido, as duas pessoas do mesmo partido, não sei agora, tenho dúvidas na interpretação, se tem que ser numa só volta, nós temos duas intervenções do PEV e são as duas seguidas e, depois, o Senhor Presidente da Câmara responde, será assim. Portanto, nessa altura, é só uma volta,

mas é só uma volta, mas o Senhor Presidente tem de responder no fim de cada partido, portanto, se o Partido Socialista já terminou, responde ao Partido Socialista e depois, passamos a outro partido e, assim, sucessivamente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero agradecer ao Deputado José Leitão as palavras que me dirigiu, e quero reforçar algo que referiu que é o sentido que anima este executivo que é, naturalmente, dar cumprimento estrito ao programa pelo qual fomos eleitos, mas também o sentimento de responsabilidade de introduzir uma energia reforçada na execução do programa e projetar uma ambição de futuro para a cidade de Lisboa. Eu acho que isso é que o mais importante numa maioria que tem responsabilidades de governar a cidade, ainda por cima, uma maioria que já governa a cidade a alguns anos, é que é essencial ter a capacidade de cumprir escrupulosamente, aquilo com que nos comprometemos mas, também lançar e projetar as bases do futuro da Cidade de Lisboa, liderar a ideia política, liderar a iniciativa política, para a resolução dos problemas da Cidade de Lisboa. Eu acho que é, neste ponto, que nós nos temos concentrado e é aqui que temos procurado também concentrar as energias; responder ao dia a dia, cumprir o nosso programa, na manutenção da cidade, no programa ‘Uma Praça em Cada Bairro’, mas também ter a capacidade de apresentar e concretizar projetos que naturalmente irão bastante para além do prazo deste mandato, mas que são os projetos estratégicos para a vida da cidade. Foi desta maneira que abraçamos o projeto da Nova Feira Popular, respondendo a esta ambição e esta preocupação, esta vontade da cidade, e conseguimos resolver este problema que há muito tempo, basicamente, desde 2003, que a cidade pedia um novo local para a sua Feira Popular. Nós estamos em condições de dizer que treze anos depois vamos iniciar as obras, vamos iniciar as obras de construção da nova casa da Feira Popular e sim, naturalmente, numa obra estratégica, de fundo, que é o Plano de Drenagem que já se encontra aprovado e que iniciará a execução, também, ainda, durante este ano, e é também naquilo que eu acho que é dos programas mais emblemáticos que é o Programa da Renda Acessível e emblemático por várias razões, porque está num eixo central do programa do Governo da cidade e da nossa política que é atrair mais pessoas, emblemático, porque concretizam direito fundamental que todos que é o acesso à habitação, e o acesso à habitação, hoje, é difícil de ser materializado esse direito, cada vez para classes para quem, antes, não acontecia, nomeadamente, para vários segmentos da classe média que, com as condições atuais do mercado, não têm acesso à habitação, mas emblemático também, porque a verdade é que as políticas de habitação, as políticas públicas de habitação, precisam de um reforço do ponto de vista dos seus instrumentos para fazer face às novas necessidades. -----

----- Olhando para o passado desta cidade, nós devemos muito àqueles que, ao longo de muitas décadas, muito fizeram para contribuir e para a concretização do direito à habitação, e o que aqui se fez, por exemplo, em matéria de habitação social, o que se fez na Cidade de Lisboa é a todos os títulos notável. -----

----- Agora, cada geração tem que estar à altura de perceber as necessidades do seu tempo e construir as respostas para o seu tempo, e a verdade é que o mercado, só por si, não responde às preocupações de acesso à habitação para largos estratos da população, em particular, quando o procuram no Concelho de Lisboa. O que nós estamos a procurar concretizar, é um projeto que, sendo bem-sucedidos, não tenho dúvida, representará uma marca nas políticas públicas de habitação e, sendo bem-sucedidos, como seremos bem-sucedidos, será ampliado e prosseguido para que Lisboa possa ter como, aliás, várias capitais por essa Europa fora tem, em países mais ricos e países mais desenvolvidos que nós, mas que nesses países não deixaram de ter uma política pública destinada a cuidar do acesso à habitação para as classes médias porque são elas, verdadeiramente, uma espinha dorsal de organização das nossas sociedades. -----

----- Assim como aos países mais ricos o fazem, assim como Portugal tem que ter e mais uma vez, Lisboa procura estar na linha da frente, inovando com um programa de resposta, nesta área. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em 2013, o projeto “Jardim Botânico de Lisboa, Proteger, Valorizar e Promover” foi o vencedor do Orçamento Participativo, tendo-lhe sido atribuídos 500 mil euros. Este projeto incluía um conjunto de ações, como a recuperação e melhoria dos espaços do jardim, a renovação das infraestruturas de apoio ao visitante, a recuperação de caminhos e lagos e dos sistemas de recolha de águas pluviais, com aumento da sustentabilidade do sistema de rega e a melhoria das condições de segurança do jardim. -----

----- A ideia seria tornar o Jardim Botânico num jardim virado para a cidade e para os seus habitantes e visitantes, sem se perder nada do carácter e do ambiente que o tornam um espaço único na nossa cidade. -----

----- Embora não se trate de um equipamento municipal, trata-se de uma proposta que resultou do Orçamento Participativo e, tal como na altura afirmou o Senhor Vereador responsável, “é com muito orgulho que a autarquia investe na sua recuperação”. Também disse o Senhor Vereador que a intervenção, numa primeira fase, seria sobretudo ao nível das infraestruturas do jardim, particularmente os sistemas de rega e drenagem e o pavimento dos caminhos. -----

----- O que “Os Verdes” gostariam de saber é, do projeto aprovado, neste preciso momento, o que está feito e o que falta fazer. Gostaríamos igualmente de saber se, por parte da CML, está prevista mais alguma intervenção no sentido da reabilitação do Jardim Botânico. -----

----- Com o projeto de reabilitação previsto, pode a Câmara garantir a sustentabilidade total do sistema de rega? Por exemplo, hoje em dia a rega é feita com recurso a que água? Da rede pública? Por outras palavras, o que “Os Verdes” pretendem saber é se já é hoje possível garantir um aproveitamento integral da água proveniente das chuvas. Se tal não for possível, o que foi feito entretanto para resolver essa situação? --

----- Também a nível de segurança, que é um dos pontos do projeto que venceu o Orçamento Participativo, o que mudou desde 2013 até hoje? Sabemos que a iluminação noturna, o palco e a Internet já estão garantidos. Mas, o que se fez entretanto para melhorar a capacidade de armazenamento da água e a segurança? Temos noção que o dinheiro pode não dar para tudo mas, por isso mesmo, não se deveria dar prioridade ao que é essencial na manutenção de um Jardim Botânico? -----

----- Ainda quanto ao Orçamento Participativo, foi ontem lançada uma nova edição. No entanto, é difícil a consulta da fase em que se encontram os vencedores em anos transatos. E os municípios desesperam no atraso pela sua execução. -----

----- E foi nesse sentido que, no início deste ano, foi aprovada uma recomendação para que o executivo providenciasse uma informação atualizada que permitisse conhecer em que fase se encontram todos os projetos vencedores do Orçamento Participativo, indicando o que já foi, efetivamente, executado e qual a calendarização expectável para os que permanecem por realizar, e que essa avaliação fosse divulgada à AML e aos municípios nela interessados. -----

----- A resposta da Câmara Municipal de Lisboa é que ela estaria pronta e seria divulgada até ao final do mês passado. Pergunta-se: quando será afinal apresentado publicamente aos municípios e aos Grupos Municipais o ponto de situação sobre os projetos vencedores em anos transatos? -----

----- Outra questão que pretendemos ver esclarecida, pelo Senhor Presidente, está relacionada com a eventual venda da rede de saneamento à EPAL. -----

----- É ou não ainda intenção da CML passar o saneamento de Lisboa para a EPAL? E caso esta proposta se concretizasse, quantos trabalhadores da CML integrariam os quadros da EPAL e em que condições? -----

----- Na página noventa e quatro, no sector da Casa dos Animais de Lisboa, refere-se a prestação de quase seiscentas horas de trabalho voluntário. Congratulamo-nos naturalmente com esta adesão a nível de voluntariado mas, tendo consciência das carências que existem, como está a situação de contratação de meios humanos afetos à Casa dos Animais? Não é verdade que voluntariado e trabalho especializado nesta área são duas coisas distintas que não devem ser misturadas? Assim, porque só encontramos referência ao voluntariado que é feito, deixamos mais esta questão ao executivo. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Julgamos que a apresentação de uma Informação Escrita, para além de enumerar o que no passado foi feito, é sempre mais objetiva quando aponta metas para os trabalhos em curso. -----

----- Gostaríamos de começar por nos congratular pelo facto de a CML ter finalmente aprovado, em 24/2, o Programa “Lojas com História” e os critérios para a sua avaliação. Mas também é um facto que a CML se comprometeu a apresentar uma listagem. E, de acordo com a p. 51, já existirá um levantamento de algumas lojas emblemáticas. Perguntamos: para quando então a sua apresentação pública?-----

----- Também destacamos a proposta para a edificação de um PSA na antiga Gare do Arco Cego. No entanto, gostaríamos de saber qual a data prevista para a sua construção, bem como o prazo previsto para o PSA no Alto do Lumiar, no âmbito do famoso Contrato Inominado. Não basta anunciar ‘obra’. É preciso também calendarizá-la.-----

----- Possivelmente analisaremos ainda hoje na Proposta nº 68/2016, o Plano Municipal de Gestão de Resíduos 2015-2020. Ora, na p. 13 da Informação Escrita, a Direção Municipal de Finanças refere um “desconto de 15% sobre a tarifa de resíduos urbanos”, aplicável a algumas entidades, tais como “restaurantes, estabelecimentos hoteleiros, cabeleireiros e ginásios”. Pergunta-se: porque não se prevê que seja feita uma devolução percentual da taxa de resíduos aos munícipes (ou condomínios) onde se comprove um desempenho superior na deposição dos lixos? Não considera o executivo que esta medida poderia servir de estímulo a melhores práticas ambientais?-----

----- Quanto ao lançamento de novas hastas públicas, referidas na p. 25 pela Direção Municipal de Gestão Patrimonial, esta Assembleia Municipal continua a aguardar que o Senhor Vereador nos apresente a listagem que foi pedida com as respetivas avaliações e prioridades de alienação dos ativos patrimoniais. Porque não foi ainda disponibilizada aos Grupos Municipais?-----

----- Outra das situações em ‘stand by’ é o da atualização das zonas do ruído. A Divisão de Ambiente e Energia dá conta, na página noventa e dois, de processos de reclamação, mas fica-se por aí. Em Julho do ano passado, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou a esta Assembleia Municipal, um Plano de Ação para o Ruído, onde não previa elaborar um Regulamento Municipal de Redução de Ruído. Outra das atualizações necessárias é a da apresentação de plantas com as medições do ruído no espaço público. Quando tenciona a CML divulgá-las?-----

----- Depois, na página noventa e quatro, o Departamento de Estrutura Verde faz referência a uma pretensa conclusão da substituição do pavimento no Príncipe Real. Porém, Senhor Presidente, não passa de um suposto epílogo para esta novela. Senão vejamos.-----

----- A requalificação do Jardim França Borges tinha tido início em 9 de Novembro de 2009. Passados 6 anos, a vereação dos espaços verdes reconheceu a existência de problemas no piso que ela própria escolheu. A substituição do piso do Jardim foi então iniciada em 14 de Janeiro deste ano. Porém, o piso recebeu um tapete de alcatrão, não poroso, com alguns centímetros de espessura, dotado superficialmente de uma resina sintética que lhe proporcionava a simulação da cor de terra. E há exatamente, um mês, a empresa contratada pela CML confirmava a aplicação de argamassas coloridas sobre uma camada de betuminoso.-----

----- A semana passada “Os Verdes” visitaram de novo aquele espaço e constataram a permanência de poças de água devido à óbvia impermeabilidade. Mas não só. As obras estão para continuar, pois agora apareceram buracos no piso, um pouco por todo o jardim, junto aos bancos, às esplanadas, com rachas que deixam agora ver o betuminoso por baixo.-----

----- Muito bem, para obra de ‘Santa Engrácia’ não está mal!-----

----- Já aqui havíamos questionado o Senhor Vereador dos Espaços Verdes sobre se a humidade que impregnava o sedimento colocado por cima do alcatrão era impeditivo da colocação de uma consistente e durável camada do betuminoso e seria expectável que, a breve trecho, voltaríamos a ver novamente o piso do jardim cheio de fissuras, irregularidades e buracos. Então e, passado pouco tempo, não é, exatamente, o que hoje constatamos? Como é possível a p. 94 da Informação Escrita dar a obra por concluída? Sr. Vereador dos Espaços Verdes, aceita ou não reconhecer a sequência de erros da reparação em curso? Porque não existe este problema, por exemplo, mesmo ali ao lado, no Largo de São Pedro de Alcântara? -----

----- Na página cento e três, lemos, com agrado, que estará em desenvolvimento o estudo de parques de estacionamento dissuasores, o que já aqui repetidamente tem sido proposto. A questão que “Os Verdes” colocam é saber se já foram contactados os municípios vizinhos ou vai a capital escolher por si os locais e quando serão apresentados às Comissões desta AML? -----

----- E, finalmente, uma estranha constatação sobre as principais preocupações do Senhor Presidente. Ficámos ‘sensibilizados’ por, no seu texto introdutório de pouco mais de nove páginas, termos ou palavras como empresas, empreendedorismo, etc., ocorrerem duas dezenas de vezes. Em contrapartida, termos como trabalho ou trabalhadores, funcionários ou colaboradores ocorrem zero vezes! Será esta omissão, um indicador ideológico das prioridades do Senhor Presidente? Iremos continuar a prestar atenção a esta interessante problemática.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhores Deputados. E Senhor Deputado, permita-me que comece pelo seu último ponto, e com a simpatia que lhe diga que, quando já estamos a fazer “*word count*” para descobrir as diferenças ideológicas, já não sobra muito mais para que “Os Verdes” se possam queixar da política do executivo, porque verdadeiramente, já só estamos no número de palavras e na questão da semântica, porque relativamente às políticas, não vi na sua intervenção nenhuma divergência de fundo, relativamente, a traços importantes que estão identificados nesta informação escrita, e no programa que temos vindo a desenvolver.-----

----- Relativamente às questões que colocou e digo, isto com satisfação, natural satisfação, relativamente à questão que colocou dos parques dissuasores, tive oportunidade de identificar aqui um desses parques dissuasores, e no momento próprio, apresentarei a Câmara e apresentarei à Assembleia, os restantes que fazem parte do programa, mas só o quero fazer quando tivermos a certeza de que estamos em condições, de que essas infraestruturas vão, verdadeiramente, entrar em funcionamento, acho que é preferível não criar uma expectativa que pode, pois, não se concretizar dado eventos que nós não controlamos, mas este, nós controlamos e estamos em oportunidade de o realizar o 1º Grande Parque Dissuasor que nós vamos ter, e vamos apresentá-lo como tal, é o Parque da Pontinha, da Pontinha, que ficará na área perfeitamente adjacente e integrado na Estação de Metro da Pontinha, servirá o duplo objetivo da nova Feira Popular e, também, de parque dissuasor. A política do

parque dissuasor engloba, quer a disponibilização física da infraestrutura e trata-se de uma infraestrutura quando estiver completa que terá, pelo menos, possibilidade para já nesta configuração como possibilidade de ampliação futura de 1500 lugares de estacionamento, por isso engloba esta dimensão, mas engloba também uma segunda outra que é, igualmente, importante, que é a acessibilidade por via do preço. É que o sentido de um parque dissuasor é aquele que se articula, diretamente, com o favorecimento do transporte público e, por isso, estes parques dissuasores são parques que terão pagamento. O valor que será cobrado no parque dissuasor é um valor significativamente, reduzido. Para aliás, não dizer, menos. O que nós pretendemos mesmo, é que estes parques sejam parques em que se registre, de facto, uma diferença significativa do ponto de vista do valor do estacionamento nas zonas de Lisboa, nomeadamente nas zonas centrais, para todos aqueles que disponham de título de transporte público, o nosso objetivo é precisamente complementar a política transporte, pelo que aumentando a eficácia do transporte público e aumentando aquilo que é o nosso objetivo que é, também, a diminuição do número de automóveis a entrar na Cidade de Lisboa e, em particular, no centro da cidade de Lisboa. Este é o primeiro parque, é o primeiro parque de grande dimensão, de grande importância, e que nós iniciaremos os trabalhos, ainda, durante este ano, para a sua concretização. -----

----- Relativamente à questão das lojas com história, agradeço-lhe ter trazido aqui este tema. Está, neste momento, em curso o trabalho por parte da Faculdade de Belas Artes, por isso, a Câmara aprovou os critérios, a Faculdade de Belas Artes está a proceder às primeiras identificações, e nós contamos que essas identificações estejam prontas, as primeiras, já no mês de Junho. Mas eu quer chamar, quer destacar, aqui, um outro aspeto igualmente, importante é que o projeto das lojas com história, valerá tanto mais quanto mais eficaz for a proteção que nós consigamos atribuir a este património, porque de nada nos serve termos, no fundo, um programa com um nome bem construído, mas depois um conjunto de instrumentos que não têm eficácia do ponto de vista da proteção, e foi, por isso, que tive oportunidade de dizer que dirigimos ao Governo e ao Parlamento, informamos o Governo e dirigimos ao Parlamento, um pedido de alteração cirúrgica de dois diplomas que se prendem, diretamente, com a sobrevivência das lojas com história e gostava, também, de clarificar o âmbito, não se trata, aqui, de fazer nenhuma operação que penalize, devidamente, quem tem o seu património quem, muitas vezes, até depende do rendimento desse património para a sua vida, não se trata disso, trata-se de limitar o que é hoje o que nos parece um excesso da lei das rendas que é a faculdade de, sem qualquer motivo, e sem qualquer valor, poder haver uma alteração do uso de uma determinada realidade que está muito circunscrita e será, naturalmente, circunscrita, na Cidade de Lisboa, eu não quero dar o número de memória para não enganar, nós teremos cerca de, teremos mais de trinta mil estabelecimentos comerciais na cidade, nós estamos a falar de um universo de poucas dezenas de lojas com história, por isso não cair, perceber exatamente o que é que nós estamos a falar, e o que nós pretendemos é que haja aqui um mecanismo de proteção que não se possa dizer que, por outro tipo de valor o que nós queremos dizer é que estas lojas têm um valor

superior ao valor do unicamente do edificado e da propriedade privada, dizermos não, isto tem um valor externo para autenticidade da cidade. E esta medida assume igual contorno na Lei da Reabilitação Urbana, porque, obrigará, segundo a nossa proposta que, aliás, segue a proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal, a obrigatoriedade de preservação no caso de haver obras integrais de requalificação do espaço destinado e do espaço ocupado por esta loja com história por isso, não inviabiliza, não atrasa a reabilitação, simplesmente impede que a propósito um dos momentos de reabilitação profunda, se ponha em causa este a este património, volto a frisar, trata-se de um conjunto limitado circunscrito lojas e trata-se de um delimitar um excesso da lei, relativamente hoje, que pela sua aplicação direta, permite que um qualquer proprietário altera por completo esse uso, mesmo tratando-se de um património que tem um valor considerado pela cidade, e terá um valor que vai ser considerado por esta Assembleia, porque é a Assembleia que vai, no fundo, aprovar a base dos critérios de fixação do que serão as lojas históricas, se for aprovada a proposta que está na Assembleia da República, isto é para ter efeitos em matéria de lei da Assembleia da República, tem que ser a Assembleia Municipal a validar o quadro, sobre o qual esta restrição é aplicada, e como disse para proteger o conjunto limitado, mas muito importante de ativos da cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada sobre os orçamentos participativos, por isso, está hoje, já disponível no *site*, um balanço completo e integral de todos os projetos, da síntese de todos os projetos do orçamento participativo, relativamente àquilo que coloca especificamente do Jardim Botânico, a Universidade de Lisboa está, neste momento, a analisar as propostas, por isso, será a Universidade de Lisboa a lançar o procedimento e, neste momento, a informação que pude obter é que a Universidade está a analisar as propostas para poder realizar essa obra. -----

----- Relativamente à última questão que me colocou, que é a questão da rede de saneamento por parte da EPAL. Bom, Senhora Deputada, como lhe digo, este é um assunto que já tanto falamos, e já tanto se falou nesta Câmara, o que lhe posso dizer é que houve uma, ou há uma intenção de avaliação, de novo, desta possibilidade, mas tem que lhe confessar, Senhora Deputada, com a história que este processo já teve, eu acho que não vale a pena especularmos muito, e chegarmos a uma fase mais adiantada, pois como todos os Senhores Deputados sabem, tudo isto já chegou a estar concretizado, tudo isto foi uma intenção antes de 2003, chegou já estar formalmente com outra de contratualizada, chegou a ter um diploma em Conselho de Ministros, o diploma vem para trás, depois, já houve governos que quiseram já houve governos que não quiseram, olhe, mais vale esperar um pouco e ver. Se me pergunta se eu considero que é vantajoso para a gestão integrada, do ciclo urbano da água, haver esta aproximação e esta integração entre as infraestruturas de água e de saneamento, devo dizer que sim, ainda por cima, porque a rede em alta de saneamento, encontra-se concessionada e no projeto de arrumação da rede faz sentido. Bom, mas eu achava isso já há muitos anos a esta parte, já muitos antes de mim, acharam isso, já muitos Presidentes de várias, de diferentes partidos, acharam o mesmo, já ministros de

diferentes partidos acharam o mesmo, e depois deixaram de achar, e por isso, Senhora Deputada, temos falado, mas não, como hei de dizer, isto já é uma história que só valerá a pena quando, se algum dia, chegarmos mais próximos de nos entendermos sobre o assunto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores e Senhoras, público presente e jornalistas.-----

----- Debateremos, hoje, a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a este propósito, o Bloco de Esquerda intervém sobre alguns aspetos que nos parecem essenciais e que é destacado, de seguida, serão eles a habitação, o Parque Florestal de Monsanto, os refugiados e o programa lojas com história. Começamos, precisamente, pela questão do apoio aos refugiados. -----

----- A Câmara falou, aqui, muito bem, da inauguração do Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados, no Lumiar, uma infraestrutura que consideramos necessária e fundamental para o apoio aos refugiados num contexto, quer como aquele que Europa vive atualmente com o Mediterrâneo transformado num cemitério com refugiados a viver em campos que, na verdade são campos de detenção e com a celebração do inominável acordo com a Turquia., estamos perante a falência de todos os pressupostos de solidariedade que consideramos que deveriam nortear uma Europa dos povos, consideramos, também, que esta realidade nos devia interpelar.-----

----- Assim, consideramos necessário saber quais é que são as medidas que estão a ser implementadas para agilizar a efetiva receção de refugiados neste centro, e parece-nos também, importante saber quais são as medidas que estarão a ser pensadas e planeadas para garantir a efetiva integração das pessoas refugiadas que venham a chegar a este centro, garantindo que não se assiste a um processo de guetização, mas sim de verdadeira inclusão destas pessoas na cidade. -----

----- Um outro tema que pretendem destacar, tem que ver com a habitação, e nesta informação que, hoje, aqui recebemos, constatamos que, em apenas dois meses, portanto, fevereiro e março, foram recebidas 625 candidaturas para habitação municipal, e foram atribuídos de 51 fogos, e volto a repetir 625 candidaturas e foram atribuídos 51 fogos. Estes números são explicativos, parece-nos e deixam ficar bem claro, uma realidade à qual o Bloco de Esquerda tem, sucessivamente, alertado, há uma tremenda falta de habitação social na Cidade de Lisboa que se tem revelado incapaz de dar resposta às necessidades das pessoas com, aliás, repetidamente, constatamos aqui nas intervenções do público, efetuadas nesta câmara. -----

----- Não estamos, portanto, perante uma ficção construída pelo Bloco de Esquerda, 625 candidaturas efetuadas e apenas 51 casas entregues, significa 8% de capacidade de resposta. Estes números deixam ficar bem claro que há muito ainda para fazer e gostaríamos de saber o que mais ainda irá ser feito para que deixemos de ter uma taxa de execução de 8% e ela possa passar a ser um número que nos deixe contentes a

todos, e temos a certeza que e 8%, não é também uma taxa de execução que vá ao encontro daquilo que a Câmara reconhecerá uma capacidade de resposta positiva. -----

----- Um outro assunto referido na intervenção do Senhor Presidente remete para a certificação florestal e ambiental do parque de Monsanto. O Bloco de Esquerda congratula-se com esta certificação que vem, aliás, comprovar a importância do Parque Florestal de Monsanto, no entanto, esta informação não tolda, nem nos faz esquecer a requalificação que está em curso e que beneficia o turismo naquela zona em desfavor da vertente ambiental, que consideramos que deve ser incentivada e desenvolvida em detrimento da vertente mais comercial e mais turificadora, digamos assim, deste parque. -----

----- Por fim, é também referido o programa lojas com história medida que, como já foi referido, surge para proteger alguns espaços comerciais com particularidades arquitetónicas decorativas ou ramos de negócio considerados relevantes, consideramos que a necessidade de aprovação desta medida não pode ser dissociada da lei das rendas, atualmente em vigor, e que sim, necessita ser alterada, nem tão pouco do processo de descertificação, em curso, que está a decorrer na cidade de Lisboa. Uma Lisboa que perde lojas, perde habitantes, perde identidade, transforma-se numa *vitrine* para turista ver, e essa é uma Lisboa que nós não gostaríamos de ver acontecer.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, e Senhora Deputada. -----

----- Eu gostava de dizer que registo, o facto, de a Senhora Deputada ter subido à tribuna e não ter uma vez sequer referido o Programa da Renda Acessível, porque fazendo da habitação, um elemento central da política que o Bloco sustenta, não referir aquilo que é, seguramente, o programa mais importante e de maior dimensão do ponto de vista do acesso à habitação que, nos últimos anos, foi lançado na cidade de Lisboa, parece uma falta que eu não consigo perceber, ou melhor, até percebo, porque este programa é um programa que complementa e se integra num articulado da política municipal de habitação que tem vários instrumentos e que tem várias direções. A Senhora Deputada preferiu omitir o programa de grande alcance que é lançado, e concentrar-se sobre a questão da habitação social é sua escolha, mas também acho que aí fez mal, porque esqueceu um, mas também por aquilo que referiu, porque a verdade é que nós estamos a fazer relativamente à habitação social, também, um investimento de grande significado no aumento da capacidade da habitação social e, aliás, é dos maiores programas de investimento que a Câmara, isolados de per si, se a memória, aliás, se não cometo, aqui, nenhum erro, retirando o plano de drenagem de per si, deve ser o programa de maior investimento isolado é o programa da construção das casas do Bairro Padre Cruz e da Boavista que trará mil novos fogos de habitação social diretamente, e não encontra nos últimos anos, um reforço tão importante do ponto de vista da habitação social, da oferta de novos fogos.

----- Agora, a disponibilização de fogos tem sido uma preocupação do município, mas que o faz também com sentido de rigor e de eficácia. Eu relembro algo que estamos a prosseguir, que não é lançado nesta fase do mandato, mas que é uma marca desde os

mandatos liderados pelo Presidente António Costa e à época a Vereadora Helena Roseta, de lançamento do programa de avaliação de condição de recursos para que precisamente possamos ter a certeza de que, por um lado, aqueles que necessitam têm acesso à habitação, mas que, por outro lado, aqueles que não necessitam não têm essa habitação municipal social para que essa possa ser disponibilizada àqueles que, verdadeiramente precisam. Isto é uma política é essencial na disponibilização de fogos e é aqui que nós vamos continuar. -----

----- Agora, considero que não há nenhuma, não há nada de incompatível entre agirmos sobre uma área, onde nós temos uma responsabilidade forte, mas onde estamos a construir um investimento de grande significado na construção nova no Padre Cruz e na Boavista, com um investimento, um trabalho sistemático de boa gestão do nosso parque habitacional com um investimento significativo na manutenção do nosso parque habitacional, e é aqui que nós estamos a colocar, também, uma parte importante do investimento, com o esforço agora novo de uma iniciativa nova de disponibilização de habitações para as classes médias, e Senhora Deputada, eu nunca me equivooco, quando falo de classes médias, nós quando falamos de classes médias, infelizmente, no nosso país, elas colocam-se para patamares de rendimento que colocam, ao nível de um agregado de uma só pessoa, a valores do salário mínimo nacional. Este patamar não está abrangido na habitação social, está abrangido no Programa da Renda Acessível, e são estas pessoas que vão ser tocadas e cujas necessidades vão ser satisfeitas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e Deputadas, Serviços Municipais, Público e Comunicação Social presente. -----

----- Voltamos, agora, e hoje, àquela tarefa que o Senhor Presidente tão contrariadamente cumpre, da apresentação periódica de uma comunicação escrita que é suposto englobar e sumarizar o que de relevante produziu em prol da cidade, no trimestre anterior. Mas o Senhor Presidente já não o faz e deixe essa inventiva tarefa para os seus assessores pelo que, a apresentação prévia vem quase completamente divorciada do que se escreveu, e os pontos comuns são, claro, mera coincidência, já se tornou, aliás, uma prática habitual. -----

----- Nesta comunicação escrita começa por, longamente, desenvolver o que chama de requalificação do espaço público no eixo central, não sei o que aí tem vindo a ser feito, porque ainda nada se fez, mas aquilo que possivelmente quererá vir a fazer. É mais uma daquelas obras ciclópicas que se lançam na cidade, uma nova cicatriz que fará pensar e penar os cidadãos de Lisboa durante muitos e longuíssimos meses, ou mesmo, anos. -----

----- Tem esta pretendida obra alguns aspetos caricatos, tem outros aspetos maléficos, onde ainda outros que, de tão evidentes, são insignificantes, ou então estão sempre a variar, ou entre a Rotunda e o Campo Grande, ou agora é a Elias Garcia, e depois para

outro lado. Fecham-se avenidas, alteram-se trânsitos, tiram-se estacionamento às pessoas, agora diz que não tira, mas lá que tira, tira, fazem-se ciclovias, vão de parte nenhuma para parte alguma, e cortam as árvores para, depois, plantá-las ao lado e o objetivo é sempre o mesmo, mostrar obra emblemática a tempo das eleições. Arrisque-se, no entanto, a falhar, mas o pior é que quando falha, a Câmara, quem paga é a cidade. É o aprendiz de feiticeiro, o aprendiz de feiticeiro com uma perigosa vara de condão na mão, com a arma da ideologia. Não é por razão, é por mera ideologia. -----

----- Vem, depois, anunciar nesta comunicação escrita, que é feita, de facto, só de anúncios, um regime de acesso à habitação municipal. Por mais que a esforçadíssima Vereadora se empenhe, o problema da habitação social em Lisboa, é devido à falta de investimento adequado de que a Câmara tem total responsabilidade. Falta de investimento na reabilitação do parque espécie municipal, falta de investimento na construção de novas habitações, falta de investimento nas pessoas. Desde há quase dez anos, que a cidade não cria nova habitação social e disso, somos todos testemunhas, quando assistimos aos constantes apelos que chegam a ser lancinantes e que nesta assembleia, os cidadãos carenciados, vêm fazer. Ao invés de projetos sumptuários, Lisboa precisa é de cuidar de quem precisa, em vez de gastar rios de dinheiro por causa das autárquicas, mais-valia melhorar a vida das pessoas. E Lisboa continua a expulsar os seus filhos. -----

----- O resto, desta comunicação, Senhor Presidente, é feito de mais anúncios e da apropriação de iniciativas, e outros agentes da cidade; é a Gulbenkian, é o Técnico, é uma exposição em Madrid, aliás, é interessante, porque parece que não há nada a dizer de Lisboa, é uma Futurália, são as Cem Árvores da Grande Lisboa verde e de outras organizações ambientais, é a moda *kiss* cheia de *glamour*, são as *Startup* do costume, são conferências, são festas irlandesas que, muito provavelmente vão passar a ser gregas, é uma muito indispensável entrega de fardamentos a funcionários, é a Maratona Clube, é a Federação de Ginástica Rítmica e a Associação de Futebol de Lisboa. De facto, não têm emenda. São também os tais dados abertos, quaisquer que eles sejam, para desenvolvimento de soluções inteligentes co-criativas, o que quer que isso seja, mas realmente da Câmara, nada. É o vazio. Gabam-se os prémios europeus que não trazem nada de relevante ao dia a dia do cidadão, e aprovam-se critérios de atribuição de exceções, não concedendo porém, quaisquer apoios de qualificação. -----

----- Nada se continua a fazer quanto à acessibilidade ao Museu Nacional das Janelas Verdes e muitos Deputados, aqui, são muito sensíveis, ao facto. Num doa mais importantes museus mundiais, nem se aproveita devidamente o fluxo turístico de que Lisboa beneficia nos últimos anos, senão, vejam bem, para lançar taxas e amealhar mais uns cobres. -----

----- A urgente execução do Plano de Drenagem diz-se que estão só recuperar uma linha de água, sem mais explicações, continuando os grandes estragos na cidade, perdas de bens e perigo para os cidadãos, pelo sinistro de inundações que a incúria na manutenção da rede de coletores e intensiva impermeabilização dos solos determinaram e continuam a permitir. Tarda que o Aqueduto e os chafarizes sejam

finalmente, objeto de requalificação e renaturalização o que a burocracia, o desleixo e os apetites económicos têm proibido.-----

----- As obras que se projetam e acumulam de hoje a 2017, são de claro prejuízo às condições de quem vive e trabalha na cidade, com o atravancamento dos grandes eixos, grave limitação da circulação em Lisboa, e evidente descaracterização da cidade. Alegou-se, aliás, a redução da receita estrutural do município especulando sobre a abolição do imposto de transações, e aproveitou-se uma maioria obediente na Câmara, e na Assembleia, para um enorme aumento de tarifas e à isenção de outras talvez, quiçá, ilegais, com grande prejuízo para as famílias portuguesas e de Lisboa. Assim, se enriqueceu o município à custa dos bolsos dos portugueses, com o tesouro da Câmara a ter crescimento exponencial e saldo final de mais de 100 milhões de euros, esses mesmos milhões de euros retirados aos rendimentos dos munícipes. E falou o Senhor Presidente das contas que diz, aliás, serem excelentes, mas que esta Assembleia, ainda, não tem total conhecimento.-----

----- E tudo fez com o desígnio de proceder a essas obras a concluir até às eleições e, assim, se faz da propaganda, um modo de vida e, não se hesita em condicionar os lisboetas aos mais básicos interesses eleitorais. Mais comentários são, decerto, desnecessários.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, corrigiu:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Só uma correção, a Assembleia tem, neste momento, total conhecimento dos documentos relacionados com as contas. Estão disponibilizados no *site*, foram entregues a todos os partidos, e o Senhor Vereador já esteve na Comissão, e toda a gente já tem acesso aos documentos.-----

----- Era só, uma pequena retificação.-----

----- Podem, ainda, não ter tido tempo de os estudar, eu própria, ainda, não os estudei, eu própria ainda, não tive tempo de os estudar, mas que estão disponíveis, estão. Era esta a retificação que eu queria fazer, porque fui eu que os disponibilizei, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado.-----

----- Quero saudar o Deputado Magalhães Pereira, e quero começar por lhe dizer que há uma coisa que lhe posso garantir, eu nunca venho aqui contrariado e, muito menos, venho aqui ouvi-lo contrariado, ouço-o, até, com enorme gosto e são sempre um momento muito estimulante do nosso debate.-----

----- Diz o Senhor Deputado que eu me encontro, aqui, na posição de aprendiz de feiticeiro, eu noto bem a evolução do PSD, o PSD vai vivendo sempre na Câmara de Lisboa é sempre aquela coisa da esperança do dia a seguir, a esperança, a história é mais ou menos, assim; ‘bem quando António Costa saísse é que isto ter dificuldades e nós aqui é que vamos ter a nossa oportunidade’. António Costa saiu, a coligação reforça-se, como continuamos a governar, tomamos a iniciativa política, e nada aconteceu. A segunda expectativa é dizer; ‘bom, ele é novo, nada vai acontecer na

cidade e, por isso, nada vai-se fazer e, por isso, nós também vamos ter aqui a nossa oportunidade', e começam a ver, a desbloquear os problemas, veem a pavimentação, veem as praças, veem a drenagem, veem a Feira Popular, e começam a ficar preocupados a dizer; 'isto agora, se calhar, vão ter obra....' e então, vão para a terceira estratégia. -----

----- E a terceira estratégia é dizer; 'tanta obra, tanta obra, isto vai ser uma tragédia para a cidade'. Só que os Senhores Deputados não percebem, aliás, a contradição cai. Então nós estamos a fazer tanta obra que, em si mesmo, é uma estratégia, mas então estão preocupados com quê? Estão preocupados com quê? Se o povo vos dá, verdadeiramente, razão, que tudo isto é uma tragédia, o Senhor Deputado não tem que se preocupar porque isso, a vida, lhe irá sorrir. O que eu sei, o que eu sei Senhor Deputado, é que eu sei verdadeiramente, é que o senhor está preocupado. Está preocupado porque, no fundo, e basta, aliás, ouvi-lo é que o Senhor Deputado fala muito dos incómodos, das obras, etc., etc., claro que as obras têm muitos incómodos, claro que nós vamos minimizar os incómodos, agora, há uma coisa que o Senhor Deputado, com justiça, não consegue dizer sobre a generalidade destas obras, apesar das diferenças, temos sobre muitas, é que o Senhor Deputado não consegue dizer que a cidade não ficará muitíssimo melhor quando nós concluirmos a fantástica obra que está em curso de requalificação da Frente Ribeirinha, do Cais do Sodré e do Campo das Cebolas. É que o Senhor Deputado não conseguirá dizer que a cidade não vai ficar muitíssimo melhor quando nós concluirmos obra de requalificação do eixo central e, até, Senhor Deputado, eu sei que lhe vai ser mais difícil acreditar nesta, não nós estaremos, daqui a uns meses, para falarmos aqui os dois, que até da 2ª Circular eu acho que o Senhor Deputado é capaz de vir a gostar e, por isso, eu percebo bem a sua preocupação, percebo bem a sua nova linha, quer dizer que tudo isto vai causar o caos, mas digo-lhe, não se preocupe, se acha que este caso é um caos, será agraciado, mas eu tenho a convicção, tenho a certeza que o Senhor Deputado, no fundo, no fundo, sabe que isto não é assim. -----

----- Mas, também, gostava de lhe dizer um segundo aspeto. Há uma coisa que nós já temos, uma medalha a qual os Senhores já não nos conseguem tirar, é que nós apresentamos, este ano, as melhores contas da década da Câmara Municipal de Lisboa e digo-lhe uma coisa, isto não é de aprendiz de feiticeiro, nem é de magia, chama-se gestão competente da coisa pública, isto nós conseguimos fazer após estes anos de governação, ano após ano e entregamos um passivo de 770 milhões abaixo daquele que a última governação do PSD deixou, e deixe-me dizer-lhe, também, uma pequenina diferença é que quando esta coligação chegou à Câmara de Lisboa havia uma fila de fornecedores para poder receber que eram pagos a um ano e, neste momento, eles são todos pagos a pronto. Isto não é aprendiz de feiticeiro, nem a magia, chama-se boa gestão da coisa pública. -----

----- Mas diz o Senhor Deputado que tudo isto se deve, agora, a um aumento desmesurado de taxas que fizemos, porque acenamos com o papão do fim do imposto de transações... Senhor Deputado, o Senhor Deputado não se lembra da lei que o partido de que faz parte, aprovou na Assembleia da República, no tempo do Governo

anterior, em que dizia que, por esta altura do campeonato, não foi por todos, não, não foi por todos não, é que o problema disto é que é muito chato quando se conhece a histórica, é que o partido que o Senhor Deputado faz parte aprovou numa Assembleia, a uns quilómetros daqui, um diploma que, por esta altura, se tivesse vingado a tese do partido que o Senhor Deputado faz parte, nesta altura, o Município de Lisboa tinha larguíssimas dezenas de milhões a menos de receita, e só não aconteceu, sabe porquê? Porque, entretanto, mudou o Governo, porque entretanto mudou o Governo, corrigiu essa legislação e evitou-se o que seria um grande prejuízo para as finanças do município. Senhor Deputado é inteiramente verdade o que eu lhe estou a dizer, é inteiramente verdade, o que eu lhe estou a dizer. -----

----- E gostava de voltar a insistir num ponto que, por mais que, por mais que tente em insistir, eu vou continuar a dizer, porque a questão é que se chama verdade dos factos, a Câmara Municipal de Lisboa tem a melhor política fiscal, política fiscal mais competitiva da Área Metropolitana, aplique a taxa mínima do IMI, comparado com todos os municípios da Área Metropolitana e, mesmo que o Senhor Deputado queira considerar a taxa de proteção civil ao nível dos encargos gerais sob o património, só Vila Franca está abaixo de Lisboa no conjunto dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa, somos o município que mais devolve IRS, somos o município que devolve IRS, que devolve IRS e, no conjunto das taxas que todos os municípios por lei são obrigados a ter, taxa de resíduos e taxa de saneamento, o Município de Lisboa tinha o quinto valor mais baixo da área Metropolitana para utilizadores domésticos, para o valor médio de consumo. E isto Senhor Deputado é verdade dos factos.-----

----- Significa isto o seguinte que, neste momento, o que nós conseguimos fazer foi equilibrar a situação do município, retirar e disponibilizar recursos para algo que o Senhor Deputado, reparei também na sua ausência do discurso, que foi resolver passivos com décadas na história da cidade de Lisboa que vem desde os processos das Torres do Colombo, aos processos do Bragaparkes, aos processos do Vale de Santo António, porque hoje temos a possibilidade de os fazer. Ganhar capacidade de investimento e, ainda assim, estamos a utilizar menos 90 milhões de euros de receita do que aquilo que a lei nos permitiria se tivéssemos colocado nas taxas máximas do IMI e nas taxas máximas de IRS. Senhor Deputado aconselho-o a ver vários municípios vizinhos ou outros municípios não vizinhos, mas até de colegas seus do mesmo partido, para ver a importância daquilo que é a gestão financeira da cidade de Lisboa.-----

----- Senhor Deputado quero-lhe dizer só mais duas coisas. Senhor Deputado é preciso ter também um certo, diria eu, um certo à vontade para o Senhor Deputado vir clamar aqui de que precisamos de mais política de investimento na habitação e essa política de investimento deve ser responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa que não o faz. Oh Senhor Deputado, onde é que o Senhor Deputado estava quando o seu partido também aprovou na mesma Assembleia, aqui também umas centenas de metros aqui ao lado, a alínea que excluía, retirou da lei, a alínea que excluía do endividamento municipal todo o investimento destinado à habitação social? Onde é que estava? Onde

é que o Senhor Deputado estava quando a administração central retirou aos municípios a capacidade de poderem investir no reforço da habitação social? Onde é que o senhor deputado estava? Onde é que o Senhor Deputado estava quando a administração central deixou de ter qualquer linha de apoio para a construção ou reconstrução de habitação social no país?-----

----- É que esta foi a realidade sobre a qual nós vivemos e é sobre esta realidade que nós estamos a construir um programa inovador, na base dos recursos da Câmara de Lisboa, autónomo do financiamento da administração Central, porque temos o património para o podermos fazer e, temos a capacidade técnica e, temos a credibilidade financeira para podermos apresentar aos investidores para um amplo programa de habitação em renda acessível.-----

----- Agora, se o investimento não foi maior em anos anteriores, o Senhor Deputado olhe muito bem para as condições financeiras que a Administração Central deu à local, e vai encontrar aí uma parte importante da resposta para o ritmo que nós temos utilizado.-----

----- Por último Senhor Deputado deixe-me terminar de uma forma simpática. Eu julguei que o Senhor Deputado, desta vez, tivesse uma palavra mais carinhosa com a nossa informação escrita, porque nós fizemos um esforço, nós fizemos um esforço e eu estava aqui a folhear há, de facto, uma que nós não podemos tirar que foi aquele Moda Kiss, porque verdadeiramente é Moda Kiss, não é Moda Beijo, é assim que a coisa se chama. Mas, quanto ao resto, temos feito um esforço para retirar alguns anglicismos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria deixar duas notas iniciais.-----

----- Uma sobre a questão da alteração do regimento, quanto aos tempos do PAOD foi uma redução violentíssima, em que não existem condições desta Assembleia se pronunciar como se pronunciava, de forma ampla sobre os problemas da cidade.-----

----- E esta mudança da informação do Presidente. Lembro-me que em algumas assembleias, a informação do Presidente tinha que passar para uma reunião seguinte, porque grande parte do tempo era, de facto, dedicado ao PAOD e à cidade. E agora assistimos a esta situação em que, na primeira intervenção, o presidente da Câmara esgota o tempo da Câmara e depois são os partidos, nomeadamente o Partido Socialista, a dar tempo para haver respostas consecutivas, enfim, com algum excesso, em nosso entendimento, de intervenção do presidente da Câmara.-----

----- A segunda nota era sobre o requerimento de 9/12 de 2014, ainda sem resposta, que diz respeito a intervenções de trabalhadores do Museu da República, do ex Museu da República e Resistência, a biblioteca no espaço Grandella, há semanas estiveram aqui novamente a intervir. Trata-se de trabalhadores da Câmara Municipal, ficou essa questão em apreciação pela Câmara, mas até agora, os trabalhadores não tiveram notícias e gostaríamos de saber como vai a Câmara resolver esta questão e respeitar o direito de regresso dos trabalhadores ao quadro da Câmara Municipal.-----

----- Senhor presidente da Câmara Municipal, as rendas acessíveis não resolvem o problema da habitação social. O PCP entende que o programa renda acessível, recentemente anunciado, que prevê o arrendamento de 5 mil fogos a 7 mil com rendas até 450 euros, é importante, mas não responde ao problema da habitação necessária do ponto de vista social. -----

----- Apesar de ser um programa positivo, entendemos que não estão resolvidos outros problemas da cidade de Lisboa, está-se a partir para um programa sem garantir casas para os mais desfavorecidos. -----

----- O Presidente da Câmara, Fernando Medina, apresentou o projeto a realizar em 15 zonas da cidade, diz o Senhor Presidente, tendo os jovens como destinatários primeiro, também o disse. -----

----- O programa 'Renda Acessível' destina-se a um vasto segmento de pessoas, como disse da classe média, pois poderá candidatar-se quem tenha de rendimentos 7500 a 40 mil euros por ano e que não seja proprietário de imóveis, acrescentou o autarca na ocasião do anúncio que oxalá não seja só de preparação psicológica para continuação das faltas e para as eleições. Os contemplados serão escolhidos através de sorteio, um T0 poderá ser arrendado por 250 euros, um T1 por 350 e um T2 por 450 euros. -----

----- Em causa estão parcerias do município com o setor privado. Enquanto o primeiro disponibiliza terrenos e edifícios que são sua propriedade, do município, ao segundo caberá construir ou reabilitar. É a multiplicação dos pães, sendo os padeiros privados e benemerentes. -----

----- Qual é o ponto da situação deste anúncio de obras, perguntamos? -----

----- Já ouvimos o Senhor Presidente falar bastante do assunto, mas gostaríamos de ter, digamos, uma ideia de calendário. -----

----- Sempre aqui falámos e propusemos que os territórios e o património municipal integrassem projetos e planos de pormenor que garantissem o acesso a habitação a custos controlados. Acabaram com a EPUL, esta maioria e aí por exemplo no caso do Plano de Pormenor das Amoreiras quando nós propusemos a integração do edificado municipal, não foi integrado no plano da Amoreiras. -----

----- Lembramos aqui um requerimento apresentado pelo PSD na Câmara Municipal, no dia 13 de Abril, dirigida ao Presidente da Câmara, refere que com o agravamento da situação económica e social do país, também na cidade de Lisboa se vem agravando as condições de vida das famílias com o concomitante aumento do número dos que solicitam acesso à habitação social municipal. Contudo, muitos dos que solicitam esse acesso, não obstante a sua situação de lhes garantir uma classificação à luz do regime de atribuição de habitação municipal que lhes permitisse ser-lhes outorgado um arrendamento, nunca a ele acedem por falta de fogos disponíveis. -----

----- Porém, existem fogos municipais devolutos que se encontram fechados e que não são atribuídos. Diversas vezes chamámos a atenção para a existência de fogos vandalizados ou carentes de intervenção de fundo, que limitam grandemente o universo de fogos atribuídos. No requerimento perguntámos qual o número de fogos habitáveis, disponíveis para a atribuição e ainda o número de fogos existentes

potencialmente disponibilizáveis, habitáveis e carentes de intervenção. A câmara ainda não respondeu a este requerimento do PCP.-----

----- Quanto ao subsídio municipal de arrendamento no período em referência foi lançada a 7ª edição deste programa, tendo o período de candidaturas decorrido entre 15 de Fevereiro e 14 de Março com a atribuição dos subsídios a ocorrerem no início de Abril.-----

----- Foram submetidas 73 candidaturas, 39 candidaturas admitidas e 31 candidaturas excluídas. Quais foram os critérios para serem excluídas 31 candidaturas?-----

----- Quanto aos critérios de atribuição da distinção ‘lojas com história’, no entender do PCP, a atribuição da distinção ‘lojas com história’ deve ser alargada a todo o comércio da cidade, porque esse comércio faz tecidos, faz história, faz relacionamentos, humaniza a cidade.-----

----- Os licenciamentos devem ser autorizados desde que os inquilinos estejam de acordo com as alterações de uso, é a nossa posição.-----

----- Circulação de motociclos e ciclomotores nas vias reservadas a circulação de transportes públicos, corredores BUS. O PCP apresentou na Câmara Municipal, em Janeiro de 2015, uma proposta denominada ‘melhoria das condições de circulação de motociclos e ciclomotores na cidade de Lisboa’ e que foi aprovada por unanimidade. Referia a necessidade de ser criada na linha da frente das faixas de rodagem, junto dos semáforos, uma caixa de paragem destinada a motociclos e ciclomotores, pintada com cor adequada, como já existe em muitas cidades europeias. Quando vai avançar? Trata-se de incentivar o uso de motociclos e ciclomotores na cidade.-----

----- Um estudo realizado pelo Instituto Superior Técnico já em 2005, sobre a utilização de motociclos na Área Metropolitana de Lisboa, revelava que se 10% dos condutores de automóvel passassem a deslocar-se com recurso a motociclos, 96 hectares de espaço urbano de estacionamento seriam libertados, 17 mil toneladas de combustível seriam poupadas anualmente e as emissões de dióxido de carbono poderiam diminuir em cerca de 50 mil, sim, 54 mil toneladas por ano.-----

----- As condições infraestruturais do município podem ser um efetivo estímulo à utilização de motociclos, com evidentes ganhos para os seus condutores presentes e futuros e para os restantes utilizadores da via pública, desde que assegurem a segurança e potenciem objetiva e realmente a utilização dos veículos de duas rodas, estou a ler a proposta.-----

----- São estas questões que apresentamos à Câmara Municipal para a informação da Assembleia e debate, obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Eu quero começar por registar a forma como o PCP se referiu ao programa da renda acessível e quero registar de forma de muito positiva, porque é verdadeiramente isso.-----

----- Este é um programa importante e positivo para o futuro da cidade. Que tem um âmbito, tem um âmbito definido, tem um âmbito concreto, tem um âmbito limitado, tem um objeto, tem uma forma de atuação, mas é o início do nosso lado, é o início. Porque este programa inaugura uma nova ferramenta nas políticas públicas de habitação, que sendo bem-sucedidos, eu estou convicto que seremos bem-sucedidos, é naturalmente, um instrumento que nós podemos ampliar e utilizar noutras zonas da cidade e poderemos mobilizar mais instrumentos para aumentar o seu poder de alcance. -----

----- Eu concordo com o Senhor Deputado, quando diz que este programa não resolve os problemas da habitação, não os resolve por si. Se formos, mas se formos bem-sucedidos, este programa tem um potencial de alargamento na cidade que nos poderá fazer aproximar a cidade de Lisboa do ponto de vista da oferta pública de habitação para segmentos de classe média, para valores muito mais perto daquilo que tem as idades avançadas na Europa, onde é precisamente a lacuna que a cidade de Lisboa tem. -----

----- Aquilo que diferencia a política pública de habitação de uma cidade como Lisboa de outra capital europeia, não está tanto na habitação de natureza social, já lá vou às lacunas e às insuficiências nessa dimensão, que existem, naturalmente. Mas aí, o Senhor Deputado há de reconhecer que o trabalho daqueles que nos antecederam a todos na governação da Câmara, foi, talvez não poupe no adjetivo, foi notável, perante aquilo que eram as necessidades que a cidade estava, o Senhor Deputado estava cá, aliás. Eu conhecendo a história, isto é, conhecendo o que foi feito pela história e pela realidade anterior e vendo hoje aquilo que foi feito, digo que é muito impressionante aquilo que foi realizado na cidade de Lisboa do ponto de vista de suprir as necessidades de habitação social, em tão pouco tempo face à urgência com que o país se viu confrontado, nomeadamente após o 25 de Abril 74. -----

----- Agora, onde há a grande diferença e nós nessa área, como digo, fizemos um grande progresso, onde de facto há uma grande carência é que nós não temos habitação em escala, em número de fogos, suficiente do ponto de vista da política pública para as classes médias. Isto é o que faz a diferença, por exemplo com uma cidade como Amesterdão ou como uma cidade como Berlim, por exemplo, onde a política do município tem um alcance de grande dimensão. -----

----- Ao longo dos anos nós fomos acrescentando instrumentos ao nosso arsenal e, foram criados vários programas e, ainda no mandato passado foi criado o subsídio municipal de arrendamento, foram criadas várias iniciativas desse condão e positivas e todas elas vão contribuindo para ajudar à resolução. Esta é mais uma, só que é mais uma que tem uma característica, tem uma escala e tem uma configuração que, por um lado, é uma proposta que se o Senhor Deputado reparou bem e eu vou repetir aquilo que disse em resposta ao Deputado Magalhães Pereira, é uma resposta de iniciativa do município e que, de certa forma não fica dependente de uma determinada conjuntura que pode, em determinado momento ou não, isto passara vários anos, depender de financiamento público ou de alguém. Isto é, adapta-se à conjuntura que nós hoje

vivemos e o país vive ainda, nomeadamente o Governo da República, com constrangimentos importantes.-----

----- E, por isso, este é um passo que eu acho que tem uma escala muito importante já, 5 a 7 mil fogos tem muita importância do ponto de vista da dimensão da cidade, mas é um passo na direção de que se formos bem-sucedidos iremos ampliar, quer em terrenos municipais, quer em terrenos que negociaremos com a Administração Central, que sejam geridos pela Câmara.-----

----- Eu acho que este programa não pode ser visto como alternativo ou substituto de habitação social, não é, não é e nós colocamos precisamente no patamar das classes médias e gostava, aliás, de precisar que classes médias, que, no caso do nosso país estão a começar no salário mínimo nacional, quando consideramos um agregado isolado.-----

----- E gostava já agora de aproveitar oportunidade para esclarecer era algo que vi aí algum ruído e alguma menor compreensão, seguramente motivada por um défice de comunicação da Câmara relativamente a esta matéria. A classe média em Portugal não chega aos 40 mil euros por pessoa, isso já não estamos a falar da classe média, isso já ultrapassou a classe média, a quem este programa se dirige. O limite que nós anunciámos dos 40 mil euros brutos por ano, é por agregado, neste caso calculado como duas pessoas, ou adultos equivalentes. Significa que nós estamos a falar de pessoas, cujo rendimento bruto anda num agregado de duas pessoas ao nível dos 1400 euros por mês e, por isso qualquer coisa na casa dos 1100 euros líquidos por mês, é este o público a quem se dirige, não estamos a falar de pessoas de rendimentos 3500 euros ou de 4 mil euros por mês. Queria fazer esta clarificação, porque não terá resultado claro na apresentação que a câmara foi, por isso, nós demos o intervalo mínimo do que é um agregado de uma pessoa, para um intervalo máximo considerando dois adultos unicamente.-----

----- Agora, este programa não substitui as necessidades de intervenção na habitação social e referi o que nós estamos a fazer de importantes investimentos nesta matéria.---

----- E o Senhor Deputado, também aqui tem havido convergência, relativamente ao investimento das mil habitações no Bairro Padre Cruz e no Bairro da Boavista. Eu relembro o valor que está envolvido é de um investimento próprio do município que deve superar os 60 milhões de euros na globalidade destas intervenções, mais o investimento de manutenção do edificado municipal, que é uma prioridade que o Senhor Deputado também reconhece num programa de grande dimensão. Para mais, num contexto em que nós estamos confrontados com a dificuldade, com um acréscimo de sustentabilidade do modelo de financiamento da Gebalis, porque na medida em que há uma degradação da situação económica do país, em que houve com o desemprego, com a deterioração das condições económicas, quando nós fizemos o ajustamento às rendas e nós fizemos um ajustamento às rendas no valor de cerca de 5 milhões num total de receitas de cerca de 22, se a memória não me falha 21, há época do valor comparativo, um ajustamento enorme significado. Ora à medida que as rendas diminuem, diminuiu alguma dificuldade de sustentabilidade no próprio

processo de manutenção do edificado, daí a importância deste contrato-programa externo que acrescenta recursos à Gebalis para fazer esta ampliação. -----

----- E, por isso, nós continuaremos a agir no domínio da habitação social, é nossa obrigação, é nossa responsabilidade, estamos a fazê-lo com significado, mas eu acho que este é um momento, nós consideramos que este é o momento de abrimos uma nova frente, numa área em que nós estamos mais desprotegidos do ponto-de-vista de instrumentos da política pública que é precisamente as classes médias, e quero frisar este ponto. As classes médias, infelizmente, isso o Senhor Deputado reconhecerá isso, o nosso programa cola em matéria de escalão de rendimento, precisamente no final daquilo que é coberto pela habitação social e, por isso, nós faremos um contínuo de cobertura de rendimentos, alargando um pouco mais o âmbito daquilo que é a oferta pública no Município de Lisboa. -----

----- Segundo aspeto que queria referir, e aqui uma divergência que temos, eu acho que a consideração relativamente às lojas com história deve ser uma proteção efetiva, mas deve ser uma proteção circunscrita e deve ser uma proteção circunscrita àquelas lojas em que verdadeiramente se identifica um valor patrimonial para a cidade e para o nosso sentido de identidade, partindo, aliás, de uma condição básica, é que o próprio inquilino queira. -----

----- Vamos ser claros sobre isto, nós não iremos intervir, nem faz sentido intervir, nas situações em que não haja uma manifestação de vontade, mas acho que seria um erro estender este mecanismo a todo o mecanismo de arrendamento comercial. Eu acho que isso seria um enorme erro que pararia toda a renovação, pararia uma parte da dinâmica de renovação urbana e pararia, aliás, a dinâmica normal de renovação da vida que é, no fundo, as coisas sucederem-se e as atividades sucederam-se umas atrás das outras como aconteceu ao longo dos séculos, ao longo dos milénios, aliás, na cidade de Lisboa. -----

----- O penúltimo ponto, relativamente à questão da mobilidade nas artérias em que ficou definido a circulação dos motociclos em faixa BUS a título experimental, vão ser desenhadas as caixas na parte da frente dessas vias. E depois, no fundo, estão os dois mecanismos em experiência e estes dois mecanismos vingando serão depois alargados ao resto da cidade. -----

----- Último ponto para esclarecer que o requerimento que apresentou, um relativo à questão da mobilidade dos trabalhadores, foi feito o pedido mobilidade à Junta de freguesia e relativamente ao segundo a Senhora Vereadora informou-me que já foi dada resposta ontem e, por isso, ainda não chegou às vossas mãos, mas irá chegar nos próximos dias. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados também vos queria dar a seguinte informação. Atendendo portanto, que já tivemos aqui uma discussão intensa, apesar do Senhor Deputado Modesto Navarro achar que o tempo é curto, aqui na Mesa entendemos que provavelmente no final da discussão da informação escrita, vamos suspender os

trabalhos para retomarmos na próxima semana com os trabalhos que estavam agendados para hoje. Portanto, apenas para se organizarem, portanto, temos agora mais uma intervenção ainda e suspendemos os trabalhos no final, estamos a caminho das 7 horas da tarde e para com outra frescura podermos discutir na próxima sessão um Plano Municipal de Gestão de Resíduos, que é uma matéria importante, ou a questão da transferência toda dos museus para a EGEAC e o contrato-programa conexo, para não estarmos a discutir isso em final de sessão já com os deputados, enfim, com o estado de frescura intelectual diferente daquele que temos no princípio da sessão.-----

----- Portanto, é esta a nossa proposta.-----

----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente à informação escrita do Presidente coube-me a mim fechar este período da nossa ordem de trabalhos.-----

----- Gostaria de começar por parabenizar o Executivo e o Senhor Presidente, embora que ainda em Português do Brasil, saudá-lo pelo impeachment, pela implementação da proposta do CDS que permite a circulação de motociclos e ciclomotores nas vias reservadas à circulação de transportes públicos chamados e denominados corredores BUS.-----

----- Apesar de ainda ser uma experiência piloto em áreas reduzidas, é melhor que nada, como se costuma dizer. E com o vosso esforço de reduzir carros na cidade, este é um incentivo voluntário, como deve ser e não obrigatório, como vossas excelências gostam, ao uso da mota em detrimento do automóvel, pelo que estou em crer que rapidamente esta experiência será replicada por toda a cidade, melhorando a fluidez de circulação na cidade e a respetiva segurança.-----

----- Por fim, nas informações financeiras apresentadas, desde que o atual Presidente Fernando Medina deixou de ser Vereador das Finanças desta Câmara, verificamos que a componente financeira deste documento tem cada vez menos elementos de comparação, o que inviabiliza a eficaz fiscalização que compete a este órgão, ou seja, só aparecem os mapas de controlo financeiro em bruto. Deixou de constar a comparação dos últimos 3 anos em matérias de grande relevo, tais como a evolução da dívida a fornecedores a curto prazo, o prazo médio de pagamento em fornecedores, embora o Senhor Presidente na sua apresentação inicial já tenha dado dados nesta matéria, mas que não constam da informação escrita, o indevidamente limite, o valor de endividamento e percentagem da situação de limite do município, a análise do financiamento de empréstimos e acordo de pagamentos e as variações de custos e proveitos entre outros elementos.-----

----- É a segunda vez que levanto a questão nesta assembleia e recorro da primeira, o Senhor Presidente Fernando Medina não só não viu nenhum obstáculo à transmissão da informação, como exortou o Senhor Vereador João Paulo Saraiva a dar sequência ao nosso pedido. No entanto e, mais uma vez, ainda não foram disponibilizados Senhor Presidente.-----

----- É também nossa opinião que o primeiro trimestre de 2016 caracteriza-se em termos globais por um decréscimo de receita e de despesa, mas na nossa opinião surgem alertas a ter em conta. Nomeadamente verifica-se um aumento da despesa corrente nas rubricas de encargos com instalações, que disparam de 2813 para 4034 milhões de euros, a locação de bens e outros que passa de 639 para 1183 milhões, os transportes e Comunicações quase quintuplicam de 215 para 1005 milhões e os encargos de cobrança da receita praticamente duplicam de 1080 para os 2011 milhões de euros e, portanto, sobre estas matérias financeiras gostaríamos depois de obter uma justificação para estes aumentos. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Presidente assistimos hoje aqui a uma reviravolta, a um zigzague, na nesta política do Executivo Camarário, nomeadamente e relativamente ao Eixo Central. E, portanto, o Senhor Presidente há bocado falava de história, que é importante não esquecer a história, portanto, convém lembrar aqui como é que foi o processo de requalificação do Eixo Central. Nós passámos de um processo que estava a ser feito e a ser decidido nos gabinetes, sem qualquer debate ou uma discussão pública, discussão pública essa que desde a primeira hora foi pedida pelo CDS e obviamente pelas associações de moradores representativas desses moradores. O CDS colocou o projeto à discussão e apresentou contributos positivos, enquanto oposição construtiva e, aqui, neste processo da requalificação do Eixo Central, como noutros também, não podemos esquecer a mobilização feita pela sociedade civil, sejam moradores, sejam comerciantes, sejam entidades. -----

----- Nesta alteração de paradigma, daquilo que ouvimos hoje por parte do Senhor Presidente em relação ao debate e a esta proposta do Eixo Central, o Senhor Presidente falou muito em moradores, falou muito em comerciantes e falou muito em turistas. Nós também o fazemos. Mas não teve uma única palavra sobre os milhares de automobilistas que ali passam diariamente e, portanto, esta questão da circulação rodoviária é muito importante no Eixo Central, sendo ele o Eixo Central e, portanto, gostaríamos de ouvir alguma palavra sobre esta matéria. Até porque sempre achámos, como lhe dissemos, embora haja estudos de tráfego que eles não são suficientes, porque abrangem apenas a Avenida da República, a Fontes Pereira de Melo e algumas das artérias adjacentes e paralelas. Depois apresentou soluções estacionamento, aliás, apresentou soluções que já foram apresentadas na última sessão pública que foi promovida pela Câmara no Mercado 31 de Janeiro, no dia 11 de Abril e, portanto, o que apresentaram aos moradores e com o qual os moradores em larga maioria nessa sessão não concordaram, que foi a passagem de um aumento de 12 euros de gastos de estacionamento para um aumento de 300 euros por ano e, portanto, é isto que a Câmara nos apresenta, apresenta uma alternativa, mas que não é uma solução definitiva para os moradores. -----

----- Registamos também que a Câmara, afinal, vem ao encontro da proposta que foi apresentada pelo CDS. Afinal, voltamos ao início do processo, e pelos vistos, se calhar não haveria necessidade de termos andado tantos meses em discussões, elas são sempre salutares, mas afinal, se a proposta do CDS tivesse sido acolhida de forma

aberta e participada pelo Executivo, se calhar algumas das alterações que hoje aqui elencou e que se viram no dia 11 através da apresentação do Vereador Manuel Salgado, já tinham sido feitas há meses atrás. E, elenca algumas que vinham na proposta do CDS, a alteração de estacionamento longitudinal para estacionamento em espinha, a dimensão da supressão de lugares de estacionamento, a opção pela ciclovia bidirecional, que tanto se bateram contra, e a eliminação das viragens à esquerda na Avenida da República, obviamente pelo perigo que representavam e que estava à vista de todos. Em suma, nós achamos que a proposta obviamente melhorou após meses de debate, debate da sociedade civil, promovido pela sociedade civil em grande parte, mas pelos visto podia ter sido minimizada, como lhe disse, pelas propostas do CDS. ---

----- A nós parece-nos que a preocupação principal do Executivo é fazer propaganda com esta campanha, aliás, ainda há pouco antes de vir para a Assembleia Municipal passei aqui na Avenida de Roma e vi um MUPI numa paragem de autocarro sobre a nova Avenida da República. E, portanto, o que nos diz, ao contrário do Plano Repavimentar, quando nós sabemos que temos uma obra em determinada artéria, que é importante pela cidade e nós sempre apoiámos o plano de repavimentação, nós sabemos bem, temos aqui publicidade feita pela Câmara nos seus dispositivos publicitários, mas sabemos que nos diz, bem há aqui uma alteração de trânsito, vamos pela via A, vamos pela via B, a obra começa no dia X e acaba no dia Y, aqui não, aqui é uma propaganda a dizer vamos ter uma nova Avenida da República e, afinal, a proposta nem sequer está terminada. E, portanto, queria apenas fazer este resumo e este enquadramento também histórico, que é importante. -----

----- Relativamente a Sete Rios, o Senhor Presidente eu sei que não disse nada sobre esta matéria, mas eu gostaria de lhe voltar a perguntar quando é que a Câmara vai iniciar as obras de requalificação, no âmbito do projeto ‘Uma praça em cada bairro’? --

----- Relativamente às lojas históricas, o CDS sempre foi a favor das lojas históricas, já o manifestou em reunião de Câmara, já o manifestou aqui, obviamente tem que haver uma preservação dos usos comerciais das lojas e que deve ser acautelado pelo Município e, portanto, a pergunta que eu deixaria ao Senhor Presidente, é se por acaso não a Câmara de Lisboa, mas se as câmaras municipais por acaso já não dispõem de instrumentos e de mecanismos urbanísticos que possam defender as lojas históricas? Era esta pergunta que lhe deixava sobre esta matéria.-----

----- Por fim e relativamente aos *graffitis*, também aqui importa fazer história, importa lembrar que o CDS no âmbito do estatuto direto da oposição, em 2014 e na preparação do orçamento 2015, apresentou uma moção que, aliás, na altura até foi aplaudida pelo então Vereador Duarte Cordeiro nesta área da Higiene Urbana e pelo então presidente António Costa, no sentido duplicar a verba inscrita na proposta de orçamento para a limpeza de *graffitis*. Aliás, convém até referir, até para conhecimento da própria Assembleia, que o CDS tem tido reuniões com o Senhor Vice-Presidente da Câmara que tem competências nesta matéria, exatamente para dar um contributo positivo e válido sobre várias experiências que existem a nível internacional e que podem ser uma forma de poder resolver este problema. E, portanto, nesta matéria como também na sua intervenção sobre o Eixo Central,

parece-me aqui um pouco que há uma ausência em relação ao trabalho que também a oposição tem feito, o trabalho construtivo a favor da cidade e que tem sido deixado aqui um bocado no esquecimento por parte do Senhor Presidente e fala nestas matérias como também fala noutras e, portanto, parece-nos que há aqui uma visão sectária na política municipal exercida por este Executivo. -----

----- Portanto, terminando Senhor Presidente e, além daquelas questões que coloquei ao nível financeiro, em suma fazer outra vez estas três perguntas. -----

----- Sobre o Eixo Central uma palavra sobre a circulação viária. -----

----- Sobre as lojas históricas se existem mecanismos nas câmaras municipais, em particular em Lisboa, mecanismos, instrumentos urbanísticos que defendam e possam salvaguardar as lojas históricas, além do necessário enquadramento legal que depende obviamente da Assembleia da República. -----

----- E em relação a Sete Rios se, por acaso, já tem uma data prevista para o arranque da obra de requalificação.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor deputado quase que me causa um embaraço, porque exprimido, exprimido, aquilo que o Senhor Deputado diz, verdadeiramente o Senhor Deputado concorda com a política da Câmara nas suas matérias fundamentais. É porque não há nada daquilo que eu aqui disse e daquilo que nós hoje aqui apresentámos que verdadeiramente o Senhor Deputado discorde. -----

----- Porque diz, e bem, reconheço-lhe a honestidade de o dizer, a proposta do Eixo Central melhorou e vem de encontro às nossas preocupações de sempre, depois tem uma crítica a dizer, bom, já nos podiam ter ouvido há mais tempo, mas melhorou, o conteúdo da proposta melhorou e tem coisas que estão de acordo quanto àquilo que nós dizíamos. Ponto importante, ponto importante não, ponto muito importante, porque o Senhor Deputado fala dos MUPI, mas vamos aqui, não me faça sorrir com os MUPI, aliás, sobre o Eixo Central, quem inaugurou os mesmos *outdoors* foi mesmo CDS com um *outdoor* sobre o projeto. -----

----- Por isso, o que aconteceu é que nós fizemos relativamente ao Eixo Central aquilo que sempre dissemos que iríamos fazer e aquilo que é natural que aconteça, que foi ouvir as opiniões, debater as opiniões, pesar os contraditórios, pesar as diferentes sensibilidades, avaliar e depois no seu momento certo, que é o momento do início da empreitada, tomarmos a decisão. E é isso que eu estou aqui hoje a fazer, é transmitir as alterações finais ao projeto. -----

----- Claro que isto vai contra a opinião daqueles, também no seu partido, que talvez com uma certa ansiedade de começar a disparar os revólveres, começaram logo em cada momento que havia, que tudo isto tinha que ser diferente. Não, não aconteceu isto. Tinha o seu tempo, tinha a sua ponderação e só depois do último debate, feito por iniciativa da Câmara, é que tomamos a decisão final. -----

----- E quero acrescentar-lhe. O que nós hoje apresentamos, não é o que nós apresentámos na última reunião de dia 11, acrescenta à reunião de dia 11. Eu recordo o seguinte, foi aprovada em Câmara, por unanimidade, uma proposta que tinha dois

pontos que dizia o seguinte, a Câmara deve apresentar até ao início da obra realizar um debate público de apresentação de discussão e deve apresentar uma solução relativamente ao estacionamento, foi isso que foi apresentado no dia 11 e a proposta que apresentámos no dia 11 representa uma diminuição muitíssimo significativa do estacionamento em parque, face áquilo que o Senhor Deputado irá encontrar hoje naquela zona em qualquer parque de estacionamento. E basta ir lá perguntar a qualquer um, aliás, em alguns dos parques encontra diminuições para 1/4 a 1/6 do preço que se praticam em algumas das avenças.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente eu peço desculpa de interromper, mas é só para dar esta informação, o Senhor Presidente dispõe ainda de 1 minuto e pouco, cedido pelo PNP, já se esgotou o tempo cedido pelo PS, já esgotou também o seu tempo da Câmara, portanto, eu pedia ao Senhor Presidente, na medida do possível, para concretizar.-----

----- O CDS dá tempo para terminar, muito bem.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** prosseguiu a intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, eu não queria ser acusado de não responder devidamente ao CDS. -----

----- Bom, dizia eu que relativamente ao Eixo Central fizemos aquilo que devíamos fazer, que foi ouvir, foi debater, foi ponderar e tomar as decisões que tomámos e que eu tornei públicas e que anunciámos e também uma outra muito importante, é que a obra inicia esta semana e, por isso, terá os MUPI a sinalizar esse início da obra e terá a obra iniciada para grande benefício de todos quando estiver concluída. -----

----- Segunda questão, aliás, que gostava de salientar, é que também está de acordo com aquilo que nós anunciámos aqui relativamente aos *graffitis*, isto é, a nossa proposta vai, de facto, não direi resolver ou eliminar o problema, porque há sempre alguém a fazer *graffiti* e nós a limparmos *graffitis*, mas tem um mecanismo eficiente deste processo, incluindo a proposta da fiscalização.-----

----- Terceiro lugar, relativamente à proposta da mobilidade, também vi que concorda com a proposta que a Câmara apresentou. E sabe que isto não é compatível com a visão que diz e que tenta acusar a Câmara de sectarismo, isto só prova que nós não temos mesmo nenhum sectarismo. Se há boas ideias e se há boas propostas, nós simplesmente também as fazemos, é tão simples, quanto isso. Quer agora o Senhor Deputado que nós reconheçamos e que em cada uma delas diga, não que isto foi ideia do CDS. Oh Senhor Deputado, eu tenho que lhe deixar algum trabalho, tenho que lhe deixar algum crédito, *outdoors* para os senhores fazerem, têm os cartazes também para pôr, têm assim umas medalhas para Cuba para mostrar, que façam o vosso trabalho, também não me peçam para fazer o trabalho de governo da Câmara e da oposição da Câmara, para isso estão os Senhores Deputados. -----

----- Por último um ponto importante. Oh Senhor Deputado, essa coisa de dizer que o CDS sempre foi a favor das lojas com história, sendo o partido que aprovou no

Parlamento da República a Lei das Rendas. Oh Senhor Deputado, essa aí é com franqueza já ir um bocadinho demais. Porque se quem aprovou o mecanismo e atenção, eu já frisei aqui as diferenças relativamente ao arrendamento comercial no seu geral, já frisei a diferença, mas quem desprotegeu integralmente, quer, aliás, a frente das pessoas mais idosas como já foi amplamente debatido aqui nesta Assembleia e quem desprotegeu as lojas com história de uma proteção efetiva, foi precisamente o Governo anterior e, em particular, o CDS que teve responsabilidades diretas sobre esta pasta. Por isso, Senhor Deputado faça-me o favor, sobre este tema não fazer profissões pias, porque dizer que se defende uma coisa, mas depois não ser consequente nos instrumentos para proteger essa mesma coisa ou, pelo contrário, ser promotor ativo dos instrumentos que impedem a defesa dessas coisas, com franqueza, não é um exercício de clareza nem de transparência política.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados o Senhor Vereador das Finanças pede-me se a gente pode apreciar ainda a Proposta n.º 130/CM/2016, a última que está agendada hoje. Que é uma repartição de encargos na aquisição de serviço móvel terrestre, porque o contrato está a chegar o fim e é necessário renovar o contrato para não paralisar o serviço.-----

----- Penso que não haverá objeções a isto.”-----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DO Nº 8 DA PROPOSTA 130/CM/2016 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DOS N.ºS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta n.º 130/CM/2016 – ‘Concurso Público com Publicidade Internacional para “Aquisição do Serviço Móvel Terrestre”’, apresentada pela CML, fica anexada à presente ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Trata-se do Número 8 da Proposta n.º 130/CM/2016.-----

----- Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a proposta?-----

----- Não vejo pedidos de palavra, isto é uma simples repartição de encargos, vamos depois pôr à votação o Número 8 da Proposta n.º 130/CM/2016.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Número 8 da Proposta n.º 130/CM/2016**, apresentada pela CML. O Número 8 da Proposta n.º 130/CM/2016 foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados temos reunião de hoje a oito dias, continuação da sessão ordinária com estes pontos que ficaram pendentes e haverá mais alguns porque temos matéria já com pareceres prontos das comissões para acrescentar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e dez minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----
-----A PRESIDENTE -----